



RELATÓRIO DE GESTÃO
PRESTAÇÃO DE
CONTAS CONSOLIDADAS

2020

ÍNDICE

I. RELATÓRIO GESTÃO CONSOLIDADO	5
1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	6
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL	6
1.2. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO	7
1.3. ELEMENTOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	7
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA	8
2.1. ESTRUTURA DA RECEITA	8
2.2. ESTRUTURA DA DESPESA	8
2.3. SALDO DA GERÊNCIA	9
2.4. DÍVIDA TOTAL CONSOLIDADA	9
3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA	11
3.1. ANÁLISE ECONÓMICA	11
3.1.1. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	11
3.1.2. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS GASTOS	13
3.1.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS	16
3.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA	17
3.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS	17
3.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS	18
4. EVOLUÇÃO DOS GASTOS CONSOLIDADOS COM PESSOAL	20
5. OUTRAS DISPOSIÇÕES	21
5.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ATIVIDADE	21
5.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	21
II – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS	22
6. BALANÇO CONSOLIDADO	23
7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO	25
8. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	26
9. DESEMPENHO ORÇAMENTAL CONSOLIDADO	28
10. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31
11. DEMONSTRAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	32
12. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	33
12.1. Adoção pela primeira vez do sistema de normalização contabilístico para a administração pública (SNC-AP)	33
12.2. Identificação das entidades, período de relato e referencial contabilístico	36
12.3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	44
12.4. Ativos intangíveis	49
12.5. Acordos de concessão de serviços: Concedente	50
12.6. Ativos fixos tangíveis	50
12.7. Custos de empréstimos obtidos	52
12.8. Propriedades de investimento	52
12.9. Inventários	53

12.10. Rendimento de transações com contraprestação	53
12.11. Rendimento de transações sem contraprestação	54
12.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	54
12.13. Acontecimentos após a data de relato	56
12.14. Divulgações de partes relacionadas	56
12.15. Outras divulgações	56
12.16. Compromissos plurianuais a 31/12/2020	60
III. ENCERRAMENTO	68
IV. TERMO DE APROVAÇÃO FINAL	68

**RELATÓRIO
DE GESTÃO
CONSOLIDADO**

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei 73/2013 de 03 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, define no seu Artº 75º as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas.

Assim, estabelece o Artº 75º da Lei 73/2013 que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentem contas consolidadas com as entidades controladas ou participadas.

O DL 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, estabelece, no nº 3 do Artº 7º que, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

No sentido de acautelar a devida prestação de contas dos municípios, o SNC-AP publicou a NCP 22, com o objetivo prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

Nos termos da NCP 22 do SNC-AP, uma entidade controlada é uma entidade que é controlada por outra entidade, e o conjunto da entidade que controla e as suas entidades controladas designa-se por Grupo Público.

Tal como define o ponto 11 e 12 da NCP 22, uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade.

Assim, uma entidade controla outra entidade se, e apenas se, tiver cumulativamente:

- (a) Poder sobre a outra entidade
- (b) Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade; e
- (c) A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade.

As demonstrações financeiras consolidadas:

- (a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.
- (b) Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas.
- (c) Eliminar na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos,

nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.2. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Em 2020, não houve alterações no designado perímetro de consolidação, mantendo-se as mesmas entidades que foram sujeitas a consolidação desde 2015.

Nestes termos, e de acordo com o referido Artº 75º, promoveu-se a consolidação das contas de 2020, com a única entidade incluída no perímetro de consolidação do Município, a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

1.3. ELEMENTOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

À luz do nº 7 do Artº 75º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, conjugado com os modelos de demonstrações de relato consolidados definidos no SNC-AP, e de acordo com o Anexo D1 da Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas publicado no DR a 06 de março, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas:

- Balanço consolidado;
- Demonstração de resultados por natureza consolidado;
- Demonstração das alterações no património líquido consolidado;
- Demonstração dos fluxos de caixa consolidado;
- Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas;
- Demonstração consolidada do desempenho orçamental; e,
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA

De acordo com o mapa da Demonstração de Desempenho Orçamental consolidada, demonstra-se de seguida, a estrutura consolidada da receita e despesa orçamental do Grupo Público, Município de Pombal e PMUGest, EM, depois de eliminadas todas as transações que ocorreram entre as duas entidades.

Por ser o primeiro ano de SNC-AP, em que se consolida o desempenho orçamental das duas entidades, não nos é possível efetuar o comparativo com o ano anterior.

2.1. ESTRUTURA DA RECEITA

No final de 2020, o Grupo Publico obteve de receita cobrada, o valor total de € 41.178.288,76, distribuído da seguinte forma:

- Receita corrente no montante de € 35.349.147,05, tendo o Município de Pombal contribuído com € 33.729.374,71 e a PMUGest com € 1.619.772,34;
- Receita de capital no montante de € 5.727.509,24 atribuída exclusivamente ao Município de Pombal;
- Receita não efetiva de € 748,60 da PMUGest; e,
- Reposições não abatidas nos pagamentos no valor de € 100.847,87 do Município de Pombal.

O quadro seguinte reflete de forma resumida a execução consolidada da receita:

	Município de Pombal	PMUGest	Total
Receita corrente	33.729.374,71	1.619.772,34	35.349.147,05
Receita de capital	5.727.509,24	0,00	5.727.509,24
Receita não efetiva	0,00	784,60	784,60
RNAP	100.847,87		100.847,87
Total			41.178.288,76

2.2. ESTRUTURA DA DESPESA

No final de 2020, o Grupo Publico pagou de despesa, o valor total de € 40.967.632,54, distribuído da seguinte forma:

- Despesa corrente no montante de € 24.407.205,71, tendo o Município de Pombal contribuído com € 22.883.605,77 e a PMUGest com € 1.523.599,94;
- Despesa de capital no montante de € 16.049.687,26, com o Município de Pombal a afetar € 15.944.189,73 e a PMUGest com € 105.497,53; e,
- Despesas não efetiva de € 510.739,57, correspondente a € 507.910,45 do Município e € 2.829,12 da PMUGest.

O quadro seguinte reflete de forma resumida a execução consolidada da despesa:

	Município de Pombal	PMUGest	Total
Despesa corrente	22.883.605,77	1.523.599,94	24.407.205,71
Despesa capital	15.944.189,73	105.497,53	16.049.687,26
Despesa não efetiva	507.910,45	2.829,12	510.739,57
Total			40.967.632,54

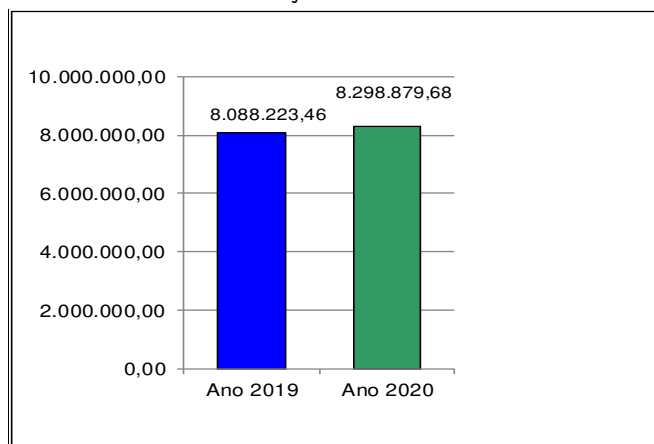
A receita cobrada consolidada menos a despesa paga consolidada, contribuíram para o apuramento do Saldo para a Gerência seguinte, no montante de € 8.298.879,68, como se pode confirmar no ponto seguinte.

2.3. SALDO DA GERÊNCIA

Por definição, o Saldo da Gerência é o diferencial, apurado entre a receita efetivamente cobrada e a despesa efetivamente paga no ano.

No gráfico seguinte, demonstra-se a evolução do Saldo Orçamental consolidado em relação ao ano anterior.

Gráfico - Evolução do Saldo Consolidado



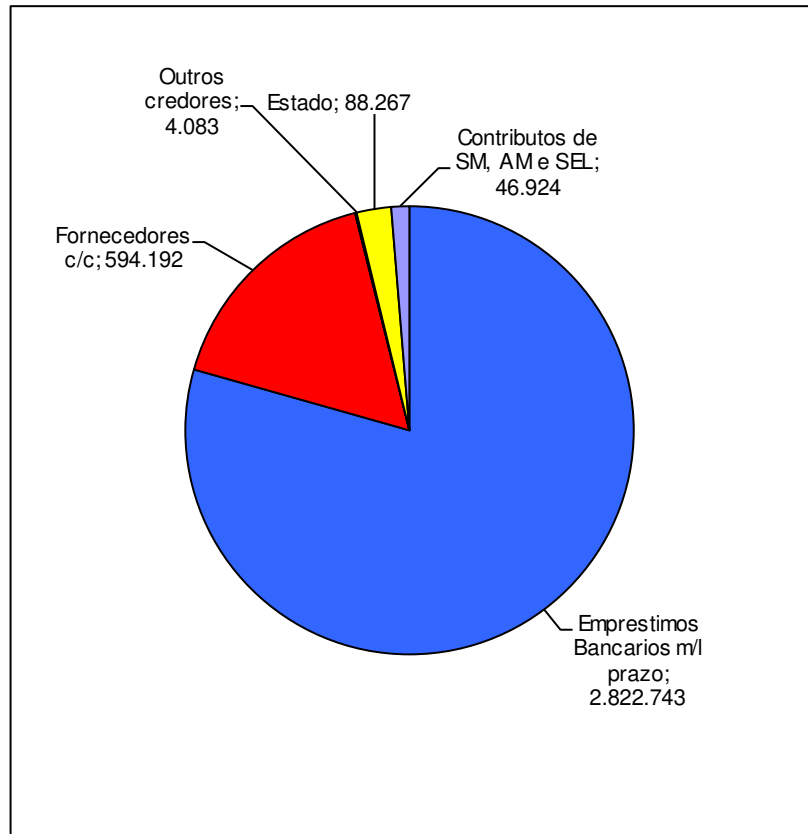
De acordo com o mapa de desempenho orçamental consolidado, patente neste Relatório, o Saldo da Gerência de operações orçamentais apurado no final do ano de 2019, no montante de € 8.088.223,46, mais o valor total de receita cobrada líquida em 2020, no valor de € 41.178.288,76, menos o total da despesa paga em 2020, fixada em € 40.967.632,54, resultou num Saldo de Gerência de operações orçamentais consolidado no final do ano de 2020, no montante de € 8.298.879,68.

Acresce o saldo de Operações de Tesouraria no montante de € 2.573.927,37, e obtém-se um saldo global consolidado para a Gerência seguinte, no montante de € 10.872.807,05.

2.4. DÍVIDA TOTAL CONSOLIDADA

Apresentamos a dívida total consolidada de operações orçamentais, calculada nos termos o nº 2 do Artº 52º da Lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades.

Gráfico - Dívida Total Consolidada



O dívida total consolidada de operações orçamentais está patente no mapa inscrito no ponto 12.15.5 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, e resume-se ao valor total consolidado de € 3.556.210. Em relação a 2019, cuja dívida total era de € 3.636.555, houve uma redução de € 80.346, correspondente a -2,2%.

A dívida total consolidada inclui as dívidas orçamentais a terceiros de curto, médio e longo prazos das duas entidades consolidadas (Município e PMUGest), abatendo os saldos devedores e credores existentes entre elas, no valor de € 152.509, como também inclui, do lado do Município, o contributo das entidades participadas, no montante de € 46.924, que releva para a dívida total do Município, nos termos do Artº 54ª da Lei 73/2013 de 03/09.

Excluem-se, do valor da dívida total, as operações de tesouraria (não orçamentais), e o FEE – Fundo para a Eficiência Energética.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

A análise que se segue, demonstra a estrutura e evolução de 2019 para 2020, dos custos e proveitos das entidades que integram o Grupo Público.

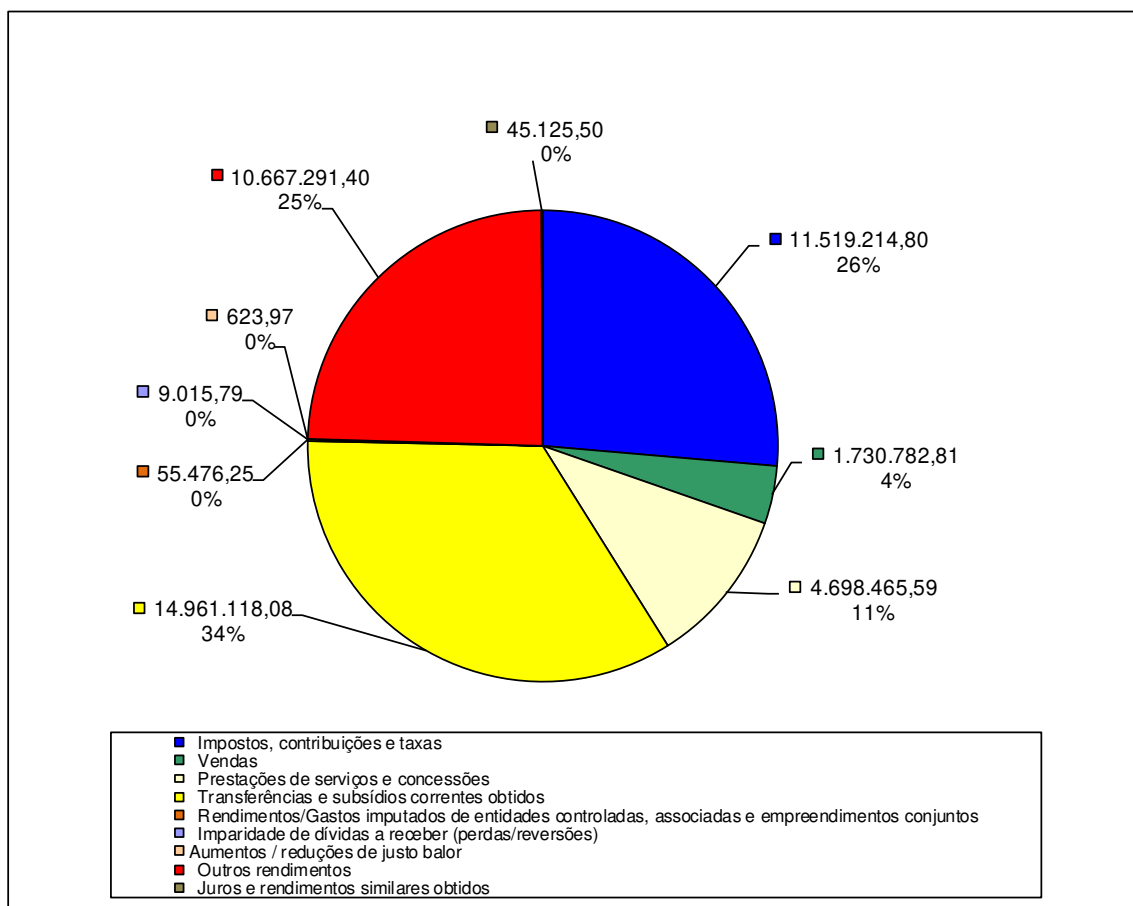
3.1.1. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS

No ano de 2020, os rendimentos consolidados foram de € 43.687.114,19.

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos Rendimentos Consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados por Natureza:

Gráfico - Estrutura dos Rendimentos



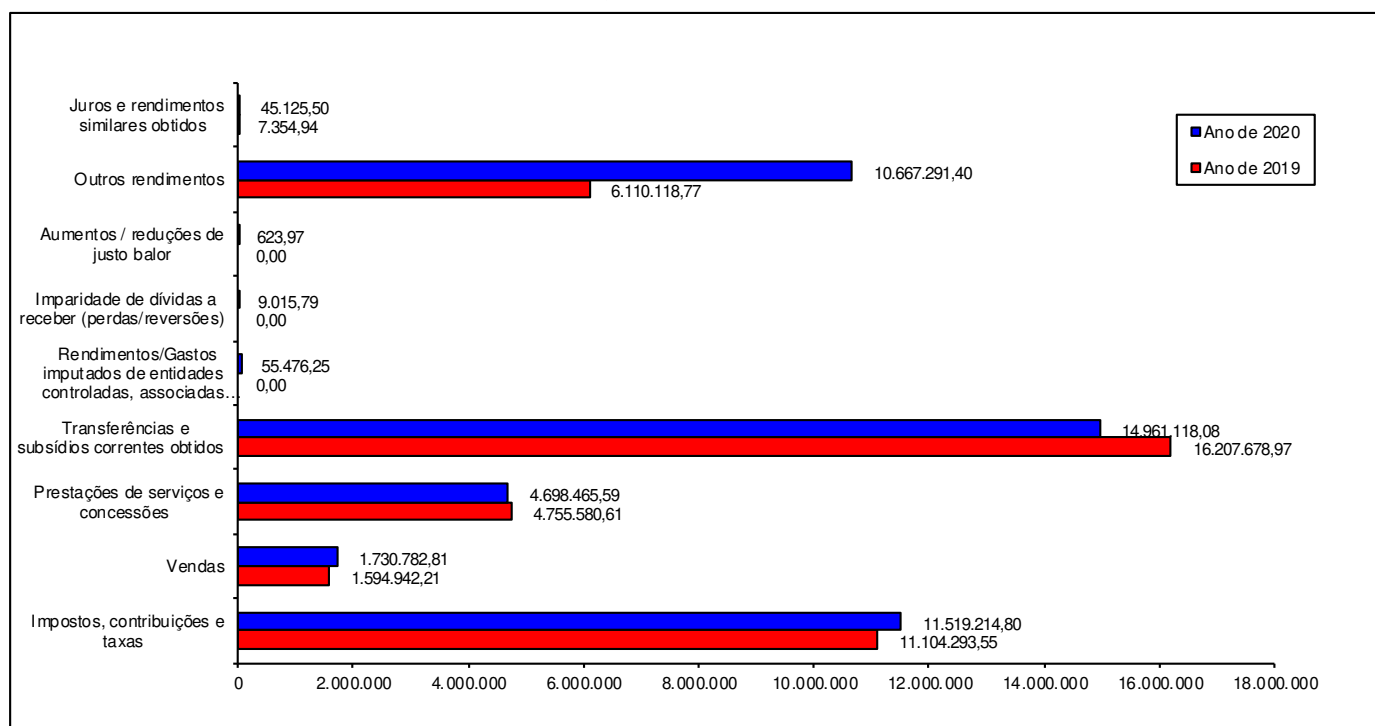
No gráfico, há que salientar o peso que as Transferências e subsídios correntes obtidos (€ 14.961.118,08), os Impostos, contribuições e taxas (€ 11.519.214,80) e os Outros rendimentos (€ 10.667.291,40), assumem no total dos Rendimentos, sendo responsáveis, por si só, por 85% dos rendimentos do grupo Público.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Em 2020, verificaram-se grandes alterações na Demonstração de Resultados do Município de Pombal, resultado da transição do POCAL para SNC-AP, e que influenciaram a Demonstração de Resultados consolidados. A alteração mais relevante prende-se com as transferências do Orçamento do Estado, a título do FEF de Capital e Artigo 35º, nº 3, da Lei nº 73/2015, que transitaram das contas da classe 7 (Rendimentos) para o Património Líquido e que influenciou, negativamente, o Resultado Líquido.

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Rendimentos Consolidados, comparativamente a 2019, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

Gráfico - Evolução dos Rendimentos entre 2019 e 2020



O total dos rendimentos consolidados das duas entidades, Município de Pombal e PMUGEST, excluindo os rendimentos obtidos no relacionamento comercial entre ambas, foi de € 43.687.114,19. Em relação a 2019, tiveram um aumento de 9,82%.

O Município, com rendimentos de € 43.377.631,96 (deduzido dos movimentos de consolidação), é a entidade que mais contribui para os rendimentos totais consolidados (99,3%).

De 2019 para 2020, verifica-se um equilíbrio em quase todas as rubricas, em que os desvios não são significativos. Todavia, importa destacar o aumento de 74,58% em Outros Rendimentos que corresponde essencialmente, do lado do Município de Pombal, ao apuramento das verbas recebidas dos fundos comunitários e, pela primeira vez com o SNC-AP, do Orçamento do Estado na parte de capital (FEF e Artº 35º da Lei 73/2013),

calculadas em valor proporcional ao valor da quota anual de depreciação dos bens financiados por esses fundos.

O aumento expressivo nesta rubrica, justifica-se com a redução da vida útil dos bens inventariáveis, imposta pelo novo Classificador Complementar 2 do SNC-AP, que revogou o CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado aprovado pela Portaria 671/2000, aumentando o valor da quota para rendimentos mas aumentando, também, o valor das depreciações, como se pode verificar no ponto seguinte, em Gastos.

No sentido inverso, e na sequência do ponto anterior, o novo tratamento contabilístico dado pelo SNC-AP às transferências de capital (FEF e Artº 35º da Lei 73/2013), que deixaram de ser consideradas rendimentos do Município passando a integrar o Património Líquido, teve como consequência, uma redução de -7,69% na rubrica das transferências obtidas que, com o SNC-AP, passaram a acolher apenas as transferências de natureza corrente.

Em termos de valor, destacam-se as rubricas, *Impostos, Contribuições e Taxas* no valor de € 11.519.214,80, com um aumento de 3,74%, a pertencer em exclusivo ao Município de Pombal, de acordo com os poderes tributários colocados à sua disposição.

Quanto à entidade consolidada, os rendimentos totais de € 1.422.677,43, (deduzindo os movimentos de consolidação de € 1.111.799,37) têm um peso pouco relevante no total dos rendimentos consolidados (0,71%).

3.1.2. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS GASTOS

ESTRUTURA DOS GASTOS

No ano de 2020, os gastos consolidados foram de € 42.101.735,48.

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos Gastos Consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados:

Gráfico - Estrutura dos Gastos

	45.214,23 0%	158.825,52 0%	10.283.387,28 24%
14.131.489,03 34%			
1.045.075,06 3%			
355.304,67 1%			9.790.670,01 23%
0,00 0%	6.291.769,68 15%		
Custo mercad. vendidas e das mat consumidas		Fornecimentos e serviços externos	
Gastos com pessoal		Transferências e subsídios concedidos	
Imparidade de div. a receber (perdas/reversões)		Provisões (aumentos/reduções)	
Outros gastos		Gastos de depreciação e amortização	
Juros e gastos similares suportados			

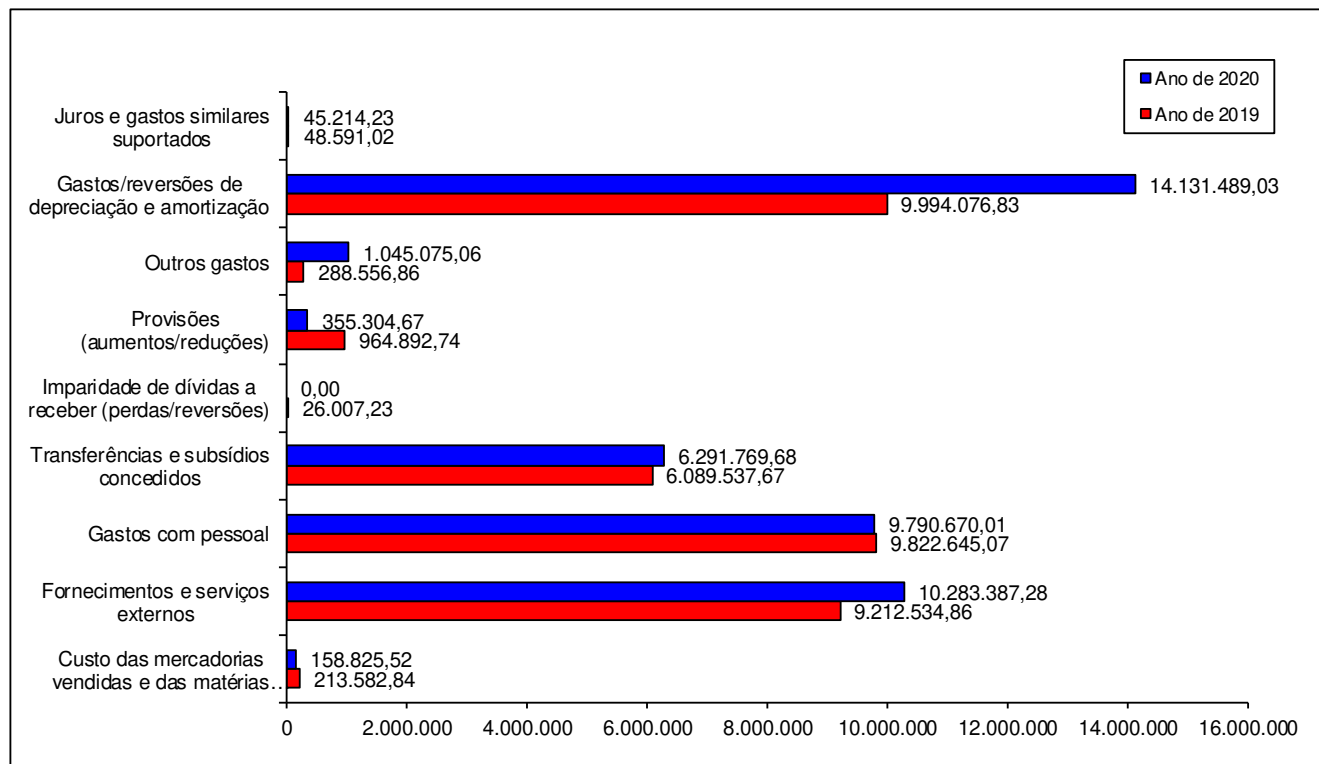
Da leitura do gráfico, percebe-se que os gastos com mais impacto no Grupo Público, são os Fornecimentos e Serviços Externos (€ 10.283.387,28) que, numa ótica orçamental, se designam como despesas correntes, bem como, os gastos com pessoal (€ 9.790.670,01), as depreciações/amortizações do exercício (€ 14.131.489,03) e as Transferências e subsídios concedidos (€ 6.291.769,68), estes últimos a pertencerem em exclusivo Município, no âmbito do quadro de apoios concedidos às diversas entidades do Concelho.

Em termos patrimoniais, as aquisições ou beneficiações em bens de investimento, inscritas no Balanço em Ativos Tangíveis, não reportam na totalidade para os gastos do exercício, mas apenas a sua quota de depreciação anual, apurada ao longo da sua vida útil.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Gastos Consolidados, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

Gráfico - Evolução dos Gastos entre 2019 e 2020



O total dos custos consolidados das duas entidades, Município de Pombal e PMUGEST, excluindo os custos obtidos no relacionamento comercial entre ambas, foi de € 42.101.735,48. Comparativamente a 2019, tiveram um aumento de 14,84%, seguindo a tendência positiva verificada no capítulo dos Rendimentos.

O Município, com gastos de € 40.734.932,05 (deduzido dos valores de consolidação), é a entidade que mais contribui para os gastos totais consolidados (96,8%).

Destacam-se no gráfico acima, o aumento dos gastos com a depreciação/amortização, no montante de € 14.131.489,03, com um aumento expressivo de 41,40%. Como se afirmou no ponto anterior, em Rendimentos, a redução da vida útil nos bens inventariáveis, imposta pelo novo Classificador Complementar 2 do SNC-AP, traduziu-se num aumento da quota de depreciação do património municipal, único fator a influenciar significativamente, o aumento registado nos gastos de depreciação consolidados.

Quanto aos Gastos com Pessoal, verificou-se uma ligeira redução de -0,33%. Pela sua importância, serão avaliadas mais detalhadamente no ponto 4.

Quanto ao capítulo "Fornecimentos e Serviços Externos", no montante de € 10.283.387,28, tiveram um aumento de 11,62% em relação a 2019.

Este aumento verificou-se apenas no Município de Pombal, com uma subida de 11,66%, que contrariou a descida da PMUGEST, neste capítulo, em -16,00%, demonstrado nas suas contas individuais.

Para efeitos de Demonstração de Resultados, os valores aí constantes não decorrem de pagamentos realizados no ano, mas sim, os gastos imputados ao exercício, independentemente do seu pagamento, onde se destaca o valor estimado de encargos com férias, inscritos em 2020, cuja previsão de pagamento, ocorre no ano seguinte.

3.1.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

De seguida demonstra-se os resultados a preços correntes e o Resultado Líquido consolidado, patente na Demonstração de Resultados consolidados e a sua variação de 2019 para 2020.

Quadro - Evolução dos Resultados a preços correntes

uni: Euro			
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2019	2020	var. (%)
Total	13.154.856,84	15.716.956,47	19,48
uni: Euro			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	2019	2020	var. (%)
Total	3.160.780,01	1.585.467,44	-49,84
uni: Euro			
Resultado antes de impostos	2019	2020	var. (%)
Total	3.119.543,93	1.585.378,71	-49,18
uni: Euro			
Resultado Líquido do Período	2019	2020	var. (%)
Total	3.118.866,60	1.578.515,13	-49,39

Os resultados antes de depreciações e gastos de investimento tiveram uma subida de 19,48% que resulta do aumento de 9,7% dos Rendimentos consolidados, superior ao aumento verificado nos Gastos consolidados, de 4,9%. Todavia, a descida de -49,84% no resultado operacional, devido ao aumento de 41,4% nos gastos de depreciação, contribuíram para a descida de 49,39% no Resultado Líquido consolidado, mantendo-se mesmo assim, com um resultado positivo de € 1.578.515,13.

Esta descida abrupta no Resultado Líquido consolidado deveu-se exclusivamente à descida de 51,18% no Resultado Líquido do Município de Pombal que, com já foi esclarecido atrás, se deveu à aplicação das novas regras contabilísticas do SNC-AP, nas transferências de capital dos fundos de Estado que transitaram dos Rendimentos para o Património Líquido, e na redução da vida útil dos bens inventariados, que contribuiu para o aumento dos rendimentos decorrente da aplicação da quota de amortização dos fundos comunitários e do Estado, que financiaram bens de investimento, mas insuficiente para cobrir o aumento dos gastos de depreciação de todo o património municipal.

Quanto ao Resultado Líquido da PMGEst, este passou de um Resultado Líquido negativo de € -28.356,14, em 2019, para um Resultado Líquido positivo de € 39.587,79, em 2020, mas, face aos valores envolvidos, insuficiente para impedir a descida no Resultado Líquido Consolidado.

3.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

3.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS

Apresenta-se de seguida, alguns indicadores Económico / financeiros.

Quadro - Indicadores Económico / Financeiros

Designações	Exercícios	
	2020	2019
(Fundo de Maneio)	11.781.884,50 €	8.659.694,94 €
(Cash Flow Estático (MLL))	16.056.293,04 €	14.103.843,40 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	23,88	2,15
1.2 Autonomia	0,96	0,68
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.Imob. em Fundos Próprios	1,03	0,72
2.2 Cobertura do A.Imob. em Capitais Permanentes	1,04	0,74
2.3 Peso Relativo do A.Imob. no Ativo Total	93,18%	94,45%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	3,17	2,75
3.2 Liquidez Reduzida	3,14	2,73
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	0,80%	1,02%
3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,68	0,64
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,99	0,98
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,24	0,38
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por P.L.	44,55	33,86

Como se pode verificar no quadro acima, a generalidade dos indicadores apresentados não tem uma variação significativa, destacando-se:

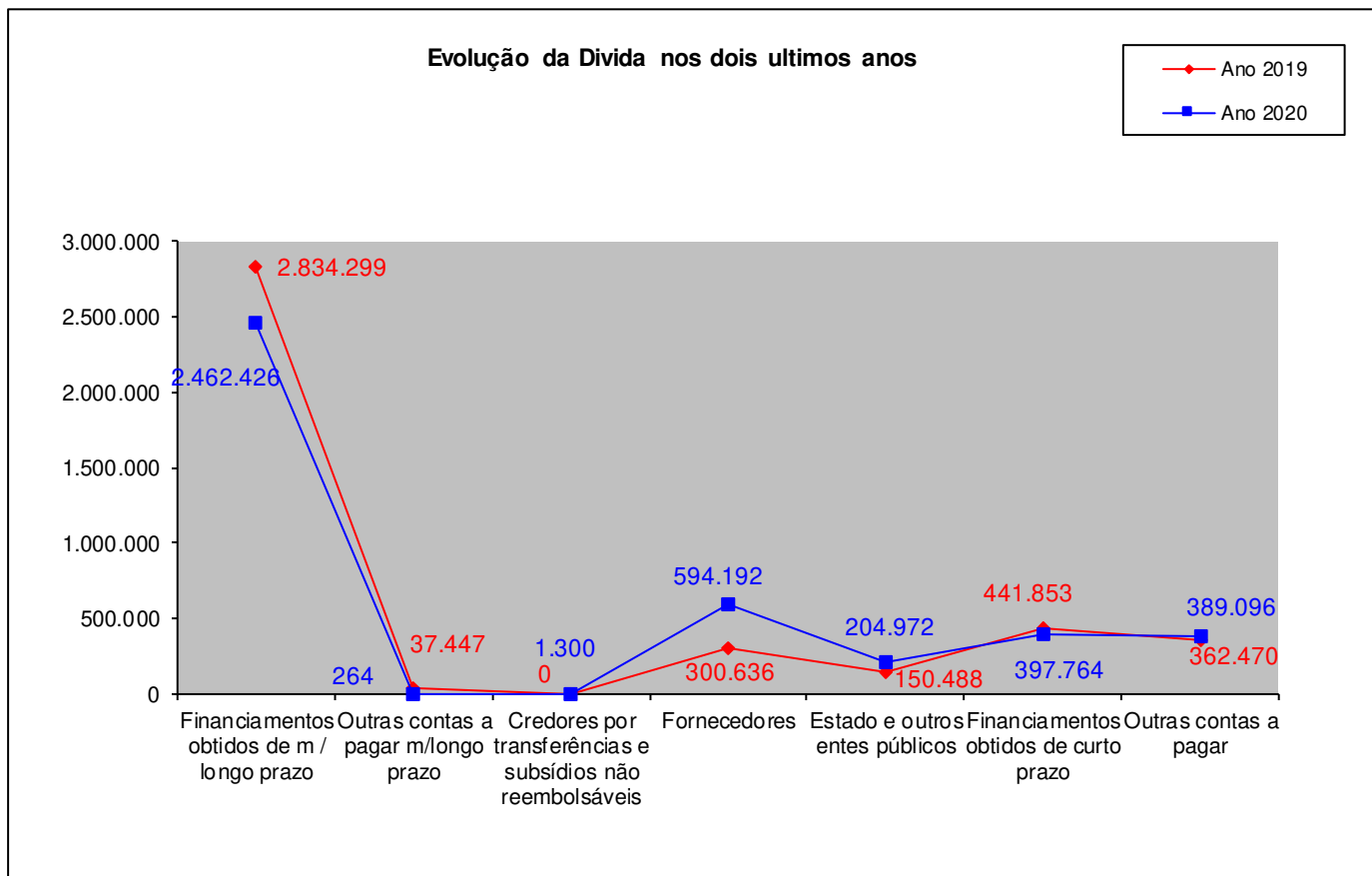
- o aumento do Fundo de Maneio, resultante do aumento dos ativos correntes superior ao aumento dos passivos correntes
- o aumento dos cash flows (meios libertos líquidos), em cerca 1.952 mil euros, correspondente a uma subida de 13,8% face a 2019;
- aumento do rácio da cobertura do passivo corrente pelo património líquido;
- o aumento dos rácios de liquidez geral e reduzida, e;
- o aumento do indicador de solvabilidade (Património líquido / Passivo total), neste caso com uma subida significativa em relação a 2019, pelo motivo de os

proveitos diferidos, no montante de € 67.971.277,69, terem transitado do passivo para o património líquido, por imposição do SNC-AP.

3.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresentamos a evolução da dívida do Grupo Público (Município de Pombal e PMUGEST) reportada no Balanço Consolidado dos últimos 2 anos, estruturada entre dívida a fornecedores, Estado e outros entes públicos, outros credores, e os financiamentos obtidos de curto prazo e de médio/longo prazo.

Gráfico - Evolução da Dívida



A dívida consolidada a terceiros de curto, médio e longo prazo foi de € 4.050.014, menos € 77.179 relativamente a 2019, correspondente a uma redução de 1,87%.

A Dívida a fornecedores, (que não considera as dívidas existentes entre Município de Pombal e a PMUGEST, para efeitos de consolidação das contas) tiveram um aumento de € 293.556, muito devido ao aumento verificado no Município de Pombal, na dívida a fornecedores em receção e conferência.

Na rubrica "Outras contas a pagar" de curto prazo que, no Balanço, estão valorizadas em € 4.002.7841,67 e € 4.182.853,62 para os anos de 2019 e 2020, não foram considerados os valores das cauções prestadas pelos empreiteiros e fornecedores a favor do Município no valor total € 2.394.518,30 no final de 2019 e € 2.544.366,21 no final de 2020, não contando para efeitos de dívida de curto prazo, como também não foram considerados, em 2019 e em 2020, os valores dos acréscimos de gastos, no

montante de € 1.245.753,68 e € 1.249.391,70, respectivamente, e que em SNC-AP, estão incluídos nesta rubrica das *Outras contas a pagar*.

Quanto aos financiamentos obtidos, de m/longo prazos e de curto prazo, relacionados com os empréstimos de medio/ longo prazos e os contributos para o Fundo de Eficiência Energética (FEE), cujos encargos de amortização se preveem serem liquidados em 2021, são classificados como sendo de curto prazo, mantendo a tendência de descida resultado da amortização que ocorre anualmente.

4. EVOLUÇÃO DOS GASTOS CONSOLIDADOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro, o Grupo Público, apresentava o seguinte número de trabalhadores, afetos a cada uma das Entidades:

- Município de Pombal
- Número de Trabalhadores: 509

- PMUGest, E.M.
- Número de Trabalhadores: 76

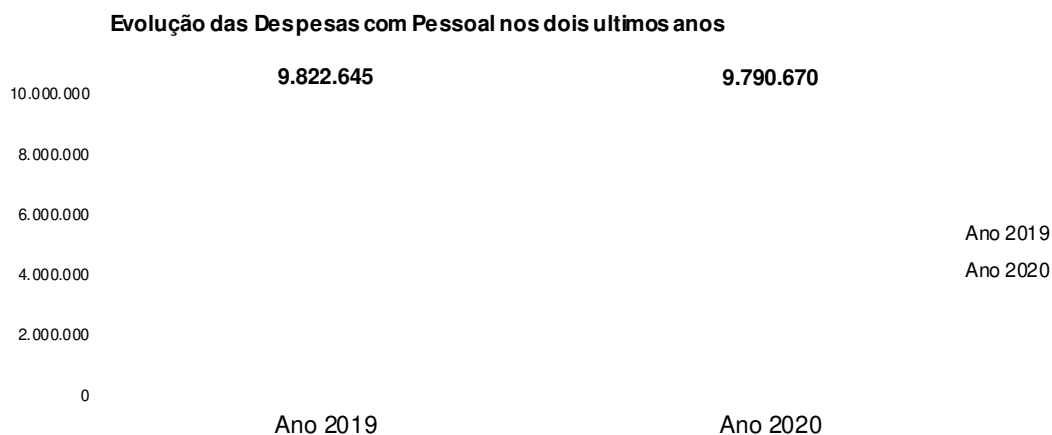
Em 31 de dezembro de 2019, o Município de Pombal e a PMUGest tinham, respetivamente, 491 e 73 trabalhadores.

Verificou-se um aumento de 90 trabalhadores no Município de Pombal e de 3 trabalhadores na PMUGest. Se no Município de Pombal, esse aumento se traduziu no aumento das despesas com pessoal, no caso da PMUGest, verificou-se uma redução nessas mesmas despesas. De acordo com o seu relatório, justifica-se com a média de 64 trabalhadores que estiveram ao serviço, retirando as ausências por baixas prolongadas.

As despesas com Pessoal estão inscritas no mapa de Demonstração de Resultados Consolidados, na rubrica *Gastos com Pessoal*.

A sua evolução nos dois últimos anos é a seguinte.

Gráfico - Evolução das Despesas com Pessoal (Município e PMUGEST)



No capítulo dos gastos com pessoal consolidados, verificou-se uma ligeira redução de 0,33%.

O Município de Pombal, com gastos com pessoal de € 8.832.222 em 2020, teve um aumento muito ligeiro de 0,02%, e a PMUGEST com gastos com pessoal de € 958.448, obteve uma redução 3,36%. Face ao fraco aumento de gastos no Município, a redução verificada na PMUGest, permitiu, no global, reduzir os gastos consolidados com o pessoal, em 0,33%.

5. OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ATIVIDADE

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico, nomeadamente, no Orçamento para 2021, e nas Opções do Plano para o quinquénio de 2021 a 2025.

5.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes pós a data de encerramento do exercício.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- **CONSOLIDADAS**

6. BALANÇO CONSOLIDADO

BALANÇO CONSOLIDADO			
<i>(MUNICÍPIO DE POMBAL)</i>			
Rubricas	Notas	Datas	
		2020 (SNC-AP)	2019 (POCAL)
ATIVO			
Ativo não corrente		235.365.640,38 €	231.249.728,08 €
Ativos fixos tangíveis	12.6	221.864.164,49 €	229.664.468,52 €
Propriedades de investimento	12.8	11.476.928,63 €	0,00 €
Ativos intangíveis	12.4	70.466,77 €	123.533,76 €
Participações financeiras		1.841.184,77 €	1.461.725,80 €
Outros Investimentos financeiros		10.394,29 €	
Outras contas a receber		102.501,43 €	
Ativo corrente		17.223.231,08 €	13.596.895,31 €
Inventários	12.9	138.358,55 €	138.210,09 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2.919.671,38 €	
Cientes, contribuintes e utentes		1.764.723,40 €	1.276.034,65 €
Estado e outros entes públicos		838.753,61 €	562.641,74 €
Outras contas a receber		643.324,16 €	964.706,84 €
Diferimentos		45.592,93 €	50.923,00 €
Caixa e depósitos	12.2.1/E	10.872.807,05 €	10.604.378,99 €
Total Activo.....		252.588.871,46 €	244.846.623,39 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		242.436.076,48 €	167.172.945,98 €
Património/Capital		48.827.503,10 €	48.694.139,89 €
Reservas		5.238.968,28 €	5.077.308,60 €
Resultados transitados		118.513.047,98 €	110.251.886,31 €
Ajustamentos em ativos financeiros		843.602,20 €	25.000,00 €
Outras variações no património líquido		67.434.439,79 €	5.744,58 €
Resultado líquido do período		1.578.515,13 €	3.118.866,60 €
Total do Património Líquido		242.436.076,48 €	167.172.945,98 €

BALANÇO CONSOLIDADO			
<i>(MUNICÍPIO DE POMBAL)</i>			
Rubricas		Datas	
		2020 (SNC-AP)	2019 (POCAL)
PASSIVO			
Passivo não corrente		4.711.448,40 €	72.736.477,04 €
Provisões	12.12	2.248.758,01 €	1.893.453,34 €
Financiamentos obtidos	12.7	2.462.425,95 €	2.834.299,36 €
Diferimentos		0,00 €	67.971.277,69 €
Outras contas a pagar		264,44 €	37.446,65 €
Passivo corrente		5.441.346,58 €	4.937.200,37 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1.300,00 €	
Fornecedores		594.191,65 €	300.635,88 €
Estado e outros entes público		204.972,14 €	150.488,37 €
Financiamentos obtidos	12.7	397.763,78 €	441.852,70 €
Outras contas a pagar		4.182.853,62 €	4.002.741,67 €
Diferimentos		60.265,39 €	41.481,75 €
Total do passivo		10.152.794,98 €	77.673.677,41 €
Total do patrimonio liquido e do passivo		252.588.871,46 €	244.846.623,39 €

O Balanço Consolidado, quando comparado com o Balanço do Município de Pombal permite verificar o forte peso que este representa, com uma representatividade superior a 99%.

7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS			
<i>(MUNICÍPIO DE POMBAL)</i>			
Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	12.15.1	11.519.214,80 €	11.104.293,55 €
Vendas	12.15.1	1.730.782,81 €	1.594.942,21 €
Prestações de serviços e concessões	12.15.1	4.698.465,59 €	4.755.580,61 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	12.15.1	14.961.118,08 €	16.207.678,97 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	12.15.1	55.476,25 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.15.2	-158.825,52 €	-213.582,84 €
Fornecimentos e serviços externos	12.15.3	-10.283.387,28 €	-9.212.534,86 €
Gastos com pessoal	12.15.4	-9.790.670,01 €	-9.822.645,07 €
Transferências e subsídios concedidos	12.15.2	-6.291.769,68 €	-6.089.537,67 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.15.1	9.015,79 €	-26.007,23 €
Aumentos / reduções de justo valor	12.15.1	623,97 €	
Provisões (aumentos/reduções)	12.15.2	-355.304,67 €	-964.892,74 €
Outros rendimentos	12.15.1	10.667.291,40 €	6.110.118,77 €
Outros gastos	12.15.2	-1.045.075,06 €	-288.556,86 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		15.716.956,47 €	13.154.856,84 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	12.15.2	-14.131.489,03 €	-9.994.076,83 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1.585.467,44 €	3.160.780,01 €
		0,00 €	
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15.1	45.125,50 €	7.354,94 €
Juros e gastos similares suportados	12.15.2	-45.214,23 €	-48.591,02 €
Resultado antes de impostos		1.585.378,71 €	3.119.543,93 €
Imposto sobre o rendimento do período		-6.863,58 €	-677,33 €
Resultado líquido do período		1.578.515,13 €	3.118.866,60 €

8. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

Rubricas	Datas
	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	2.976.926,37
Recebimentos de contribuintes	11.049.789,51
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	14.972.348,40
Recebimentos de utentes	503.375,24
Pagamentos a fornecedores	-11.365.887,76
Pagamentos ao pessoal	-9.528.127,61
Pagamentos a contribuintes / Utes	-1.984,63
Pagamentos de transferências e subsídios	-3.636.397,66
Caixa gerada pelas operações	4.970.041,86
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	97,68
Outros recebimentos/pagamentos	1.816.226,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	6.786.366,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-12.792.635,31
Pagamentos - Ativos intangíveis	-175.188,46
Pagamentos - Investimentos Financeiros	-2.829,12
Pagamentos - Outros Ativos	0,00
Recebimentos provenientes de:	
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	23.788,26
Recebimentos - Investimentos financeiros	784,60
Recebimentos - Propriedades de Investimento	2.095.837,18
Recebimentos - Transferências de capital	4.224.418,20
Recebimentos - juros e rendimentos similares	83,67
Recebimentos - Dividendos	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-6.625.740,98
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Recebimentos - Outras operações de financiamento	14.986.623,86
Pagamentos respeitantes a:	
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-391.933,20
Pagamentos - Juros e gastos similares	-25.668,73
Pagamentos - Outras operações de financiamento	-6.324.354,05
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	8.244.667,88
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	8.405.293,01
Efeito das diferenças de câmbio	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	10.604.378,99
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	10.872.807,05

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

Rubricas	Datas
	2020
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA	
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	10.604.378,99
Saldo da gerência anterior (SGA)	10.604.378,99
SGA De execução orçamental	8.088.223,46
SGA De operações de tesouraria	2.516.155,53
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	10.872.807,05
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	10.872.807,05
SGS De execução orçamental	8.298.879,68
SGS De operações de tesouraria	2.573.927,37

O mapa que se segue, demonstra o mapa de fluxos de caixa (Recebimentos e Pagamentos) consolidados de operações orçamentais.

O saldo para a gerência seguinte da execução orçamental no valor de € 8.298.879,68, reflete o saldo de disponibilidades em operações orçamentais consolidadas, excluindo o saldo de Operações Não-Orçamentais (Operações de Tesouraria) no valor de € 2.573.927,37, e que, no Balanço Consolidado, ambos se encontram inscritos na rubrica "Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa", pelo valor total de € 10.872.807,05.

9. DESEMPENHO ORÇAMENTAL CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DESEMPENHO ORÇAMENTAL		
<i>(MUNICÍPIO DE POMBAL)</i>		
	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	TOTAL
RA01	Saldo de gerência anterior	10.604.378,99
RI03	Operações de tesouraria [A]	2.516.155,53
		0,00
RI01	Operações orçamentais [1]	8.088.223,46
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	7.403.397,10
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras	0,00
RA02	Receita corrente	33.499.259,97
R1	Receita fiscal	11.049.789,51
R1.1	Impostos diretos	11.049.789,51
R1.2	Impostos indiretos	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	549.941,03
R4	Rendimentos de propriedade	2.110.196,31
R5	Transferências e subsídios correntes	15.005.582,03
R5.1	Transferências correntes	14.990.737,26
R5.1.1	Administrações Públicas	14.928.262,23
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13.329.341,60
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1.598.920,63
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00
R5.1.3	Outras	62.475,03
R5.2	Subsídios correntes	14.844,77
R6	Venda de bens e serviços	4.749.191,73
R7	Outras receitas correntes	34.559,36
		0,00
RA03	Receita de capital	5.727.509,24
R8	Venda de bens de investimento	679.600,00
R9	Transferências e subsídios de capital	5.047.909,24
R9.1	Transferências de capital	5.047.909,24
R9.1.1	Administrações Públicas	5.047.909,24
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4.862.730,24
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	185.179,00

DEMONSTRAÇÃO DESEMPENHO ORÇAMENTAL		
<i>(MUNICÍPIO DE POMBAL)</i>		
	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	TOTAL
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00
R9.1.3	Outras	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00
RA04	Receita efetiva [2]	39.327.617,08
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	100.847,87
		0,00
RA05	Receita não efetiva [3]	784,60
R12	Receita com ativos financeiros	784,60
R13	Receita com passivos financeiros	0,00
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	47.416.625,14
ROT1	Operações de tesouraria [B]	585.321,99
		0,00
		0,00
DA01	Despesa corrente	22.557.318,63
D1	Despesas com o pessoal	9.787.956,27
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7.406.754,28
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	198.033,12
D1.3	Segurança social	2.183.168,87
D2	Aquisição de bens e serviços	8.392.625,76
D3	Juros e outros encargos	22.624,29
D4	Transferências e subsídios correntes	3.588.894,50
D4.1	Transferências correntes	3.527.058,16
D4.1.1	Administrações Públicas	1.604.718,65
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	1.604.718,65
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1.048.036,72

DEMONSTRAÇÃO DESEMPENHO ORÇAMENTAL		
<i>(MUNICÍPIO DE POMBAL)</i>		
RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS		TOTAL
D4.1.3	Famílias	874.302,79
D4.1.4	Outras	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	61.836,34
D5	Outras despesas correntes	765.217,81
		0,00
DA02	Despesa de capital	16.049.687,26
D6	Aquisição de bens de capital	13.334.932,43
D7	Transferências e subsídios de capital	2.714.754,83
D7.1	Transferências de capital	2.714.754,83
D7.1.1	Administrações Públicas	1.678.723,18
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	81.088,50
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	1.597.634,68
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	1.036.031,65
D7.1.3	Famílias	0,00
D7.1.4	Outras	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00
		0,00
DA03	Despesa efetiva [5]	38.607.005,89
DA04	Despesa não efetiva [6]	510.739,57
D9	Despesa com ativos financeiros	33.679,08
D10	Despesa com passivos financeiros	477.060,49
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	39.117.745,46
DOT1	Operações de tesouraria [C]	527.550,15
DA06	Saldo para a gerência seguinte	10.872.807,05
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	8.298.879,68
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	2.573.927,37
DA09	Saldo global [2] - [5]	720.611,19
DA10	Despesa primária	38.584.381,60
DA11	Saldo corrente	10.941.941,34
DA12	Saldo de capital	-10.322.178,02
DA13	Saldo primário	743.235,48
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	47.416.625,14
DA15	Despesa total [5] + [6]	39.117.745,46

10. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	
Designação	Ano 2020
Capital / Património subscrito	48.827.503,10
Ações (quotas) próprias	0,00
Outros instrum. de capital próprio	0,00
Prémios de emissão	0,00
Reservas	5.238.968,28
Resultados transitados	118.513.047,98
Ajustamentos em ativos financeiros	843.602,20
Excedentes de revalorização	0,00
Outras vars. no património líquido	67.434.439,79
Resultado líquido do período	1.578.515,13
TOTAL	242.436.076,48
Interesses que não controlam	0,00
Total do património líquido	242.436.076,48

11. DEMONSTRAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

LIQUIDAÇÕES / OBRIGAÇÕES		Ano 2020
RA02	Receita corrente	19.528.528,53
R1	Receita fiscal	11.049.789,51
R1.1	Impostos diretos	11.049.789,51
R1.2	Impostos indiretos	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	589.207,47
R4	Rendimentos de propriedade	2.110.023,79
R5	Transferências e subsídios correntes	74.854,42
R5.1	Transferências correntes	60.009,65
R5.2	Subsídios correntes	14.844,77
R6	Venda de bens e serviços	5.658.799,66
R7	Outras receitas correntes	45.853,68
RA03	Receita de capital	3.015.033,24
R8	Venda de bens de investimento	679.600,00
R9	Transferências e subsídios de capital	2.335.433,24
R9.1	Transferências de capital	2.335.433,24
R9.2	Subsídios de capital	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00
RA04	Receita efetiva [1]	22.644.409,64
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	100.847,87
RA05	Receita não efetiva [2]	784,60
R12	Receita com ativos financeiros	784,60
R13	Receita com passivos financeiros	0,00
DA14	Receita total [3] = [1] + [2]	22.645.194,24
DA01	Despesa corrente	24.011.133,66
D1	Despesas com o pessoal	10.075.905,73
D2	Aquisição de bens e serviços	9.646.233,94
D3	Juros e outros encargos	22.624,29
D4	Transferências e subsídios correntes	3.670.141,97
D4.1	Transferências correntes	3.582.600,91
D4.2	Subsídios Correntes	87.541,06
D5	Outras despesas correntes	596.227,73
DA02	Despesa de capital	16.058.120,04
D6	Aquisição de bens de capital	13.343.365,21
D7	Transferências e subsídios de capital	2.714.754,83
D7.1	Transferências de capital	2.714.754,83
D7.2	Subsídios de capital	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00
DA03	Despesa efetiva [4]	40.069.253,70
DA04	Despesa não efetiva [5]	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00
DA05	Despesa total [6]=[4]+[5]	40.069.253,70

12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

12.1. Adoção pela primeira vez do sistema de normalização contabilístico para a administração pública (SNC-AP) – Divulgação transitória

As Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras consolidadas de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira consolidada, alterações à posição financeira consolidada, a sua performance financeira consolidada e os seus fluxos de caixa consolidados.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste ano de transição, as quais passamos a apresentar:

» Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira consolidada e o desempenho financeiro consolidado,

» A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

Conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados – Faz relevar as operações específicas da Administração Pública nomeadamente as quantias que o Município de Pombal recebe por transferências de organismos no âmbito dos projetos cofinanciados, assim como de empréstimos bonificados celebrados especialmente com o Banco Europeu de Investimento (BEI). Encontram-se igualmente registados nesta conta os valores das transferências e subsídios concedidos pelo Município de Pombal;

Com o SNC-AP, foram criadas duas novas rubricas, uma no ativo e outra no passivo, para evidenciar saldos com a Administração Pública: Devedores e Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis.

Conta 28 – Diferimentos - refletidos os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos cofinanciados cujo contrato de subsídio não se encontra ainda atribuído ao bem correlacionado. Os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas, e que já se encontram associados ao respetivo bem, foram

reclassificados para a conta 593 – Transferências e subsídios de capital, por força da aplicação da norma NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.

Conta de Ativos fixos e propriedades de investimento

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP (2ª Versão), a regra é utilizar o custo considerado quando não estiver disponível informação fiável sobre o custo de aquisição ou sobre o custo depreciado. Contudo, relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor, devendo apurar-se nos casos dos prédios depreciáveis a vida útil estimada remanescente. O VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Conceptual. Nestes termos, os ativos fixos tangíveis foram mensurados pelo custo de aquisição, não tendo sido efetuada qualquer correção ao critério de mensuração.

Quanto às propriedades de investimento a NCP-8 define que propriedade de investimento é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou vender no decurso normal das operações.

O ponto 8 da NCP-8 determina que podem existir acordos administrativos em que uma entidade pública controla um ativo legalmente possuído por outra entidade pública ou pelo Estado. Por exemplo, um hospital pode controlar e contabilizar alguns edifícios que sejam legalmente propriedade do Estado. Nestas circunstâncias, a referência a propriedade ocupada pelo titular significa propriedade ocupada pela entidade que a reconhece nas suas demonstrações financeiras.

Já quanto ao reconhecimento, uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:

- a. For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento; e
- b. O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

Para determinar se um item satisfaz o primeiro critério de reconhecimento, uma entidade precisa de avaliar o grau de certeza ligado ao fluxo de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço na base da evidência disponível no momento do reconhecimento

inicial. A existência de certeza suficiente de que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço necessita de garantia que a entidade irá receber as vantagens associadas ao ativo e ficará com os riscos associados. Esta garantia só fica disponível geralmente quando os riscos e vantagens passaram para a entidade.

Ora, no nosso caso, é o Município de Pombal que assume os riscos e as vantagens, pois é esta entidade que liquida os cânones superficiários e suporta as despesas conservação, manutenção e ampliação das propriedades registadas em propriedades de investimento.

Assim, cumpridos que estão os critérios de reconhecimento, procedemos a reclassificação de 10.762.287,25 €, bens incluídos nos ativos fixos e transferidos para propriedades de investimento.

As transferências do Orçamento do Estado, a título de FEF capital e Artigo 35º, nº 3, da Lei nº 73/2015, passaram a ser alocadas ao "Património".

»» Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 01/01/2020

As variações decorrentes da transição do património líquido são as seguintes:

Património Líquido 31/12/2019 - POCAL	166.790.532,18 €
Reconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis	8.129.479,19 €
Reconhecimento de Propriedades de Investimento	0,00 €
Desreconhecimento Ativos Intangíveis	-2.353.583,16 €
Desreconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00 €
Critérios de Mensuração	793.602,20 €
Transferencia de Subsídios ao Investimento	67.971.277,69 €
Património Líquido 01/01/2020- SNC AP	241.331.308,10 €

»» Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31/12/2019 com o resultado líquido apresentado em 01/01/2020

Não houve qualquer alteração no resultado líquido segundo o relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

»» Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura

Não aplicável.

»» Distingão dos ajustamentos que são correções de erros cometidos em períodos anteriores e alterações de políticas contabilísticas

Não aplicável.

12.2. Identificação das entidades, período de relato e referencial contabilístico
Entidades incluídas na consolidação

O DL 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, estabelece, no nº 3 do Artº 7º que, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Em 2020, não houve alterações no designado perímetro de consolidação, mantendo-se as mesmas entidades que foram sujeitas a consolidação desde 2015.

Nestes termos, e de acordo com o referido Artº 75º, promoveu-se a consolidação das contas de 2020, com a única entidade incluída no perímetro de consolidação do Município, a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Assim, o perímetro de consolidação do Município de Pombal integra as seguintes entidades:

- Denominação: Município de Pombal
- Sede: Largo do Cardal, 3100-440 Pombal
- Número de Trabalhadores: 509

- Denominação: PMUGest, E.M.
- Sede: Rua do Louriçal, 21 r/c, 3100-428 Pombal
- Participação no capital: 100%
- Número de Trabalhadores: 76

Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Denominação, sede e proporção do capital detido das entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação: Pombal Prof – Soc. de Educação e Ensino Profissional, SA
- Sede: Parque Industrial Manuel da Mota, Apartado 165 - 3105-902 POMBAL
- Participação no capital: 25 %

Nota: Em 2020, a Pombal Prof aumentou o seu capital social em € 100.000,00 passando a ter um capital social de € 600.000,00. Sendo detentor de 25% desse capital, o Município de Pombal aumentou a sua participação em mais € 25.000,00, passando a deter € 150.000,00 em ações da empresa Pombal Prof.

Outras entidades associadas não contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

- Denominação: Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

- Sede: Quinta do Banco - Parceiros - Apartado 157 - 2416-902 LEIRIA
- Participação no capital: 9,52%

- Denominação: Lusitâniagás – Companhia de Gás do Centro, SA
- Sede: Av. dos Congressos da Oposição Democrática, n.º 54 - Apartado 684, 3800-365 AVEIRO
- Participação no capital: 0,04 %

- Denominação: MAPICENTRO-Soc. Abate, Com., Transf. Carnes Subprodutos, S.A
- Sede: Apartado 534 - Ponte das Mestras - 2401-975 LEIRIA
- Participação no capital: 0,01 %

- Denominação: FAM – Fundo de Apoio Municipal
- Sede: Rua Tenente Espanca, 20- 1050-223 LISBOA
- Participação no capital: 0,17 %

12.2.1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

A) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras consolidadas em análise.

Foi elaborado um balanço de abertura a 01 de janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP. O balanço e a demonstração de resultados consolidados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os movimentos ocorridos entre o balanço apresentado em POCAL e a sua reclassificação para SNC-AP, encontram-se justificados ao longo do anexo às demonstrações financeiras.

Para a demonstração de resultados consolidada, foi feita uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP, por forma a que as variações entre as rubricas fosse mais clara.

Como forma de apoiar o processo de transição, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de

um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o Órgão de Gestão do Município de Pombal, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operação inerentes à figura subjacente à Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, com exceção das referidas no parágrafo anterior.

B) Comparabilidade

Em 2020, o Município, passou a aplicar o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é 1 de janeiro de 2020.

Desta forma, e de acordo com as instruções constantes no manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano de 2019 é baseada no POCAL, tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial, devidamente justificada ao longo do documento.

Face ao exposto, esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre 2020 e 2019, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2021.

A falta de comparabilidade acima referida é especialmente visível nas seguintes rubricas relativas às contas do município de pombal:

- Propriedades de investimento/Ativos fixos tangíveis
- Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis/Outras contas a receber
- Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos/Outras contas a pagar
- Outras variações no património líquido/Proveitos diferidos

C) Reclassificação de Itens nas demonstrações financeiras consolidadas

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço consolidado do Município de Pombal preparado de acordo com o anterior normativo contabilístico (POCAL), conforme se refere no quadro abaixo. A PMUGEST, E.M, empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
Código / Conta	Designação									
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
AT1	ATIVO	244.137.515,52	10.535.567,86	- 2.353.583,16	793.602,20			229.194,50		253.342.296,92
AT11	ATIVOS NÃO CORRENTES	231.533.080,03	7.900.284,69	- 2.353.583,16	793.602,20			229.194,50		238.102.578,26
B01	Ativos fixos tangíveis	229.518.925,27	7.900.284,69	- 2.353.583,16				229.194,50	-10.762.287,25	224.532.534,05
B02	Propriedades de investimento								10.762.287,25	10.762.287,25
B03	Ativos intangíveis	114.284,50								114.284,50
B04	Ativos biológicos									
B05	Participações financeiras	1.779.000,00			793.602,20					2.572.602,20
B06	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
B07	Acionistas/sócios/associados									
B08	Diferimentos									
B09	Outros ativos financeiros									
B10	Ativos por impostos diferidos									
B56	Outras contas a receber	120.870,26								120.870,26
AT12	ATIVOS CORRENTES	12.604.435,49	2.635.283,17							15.239.718,66
B11	Inventários	133.900,91								133.900,91
B12	Ativos biológicos									
B13	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2.635.283,17							2.635.283,17

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
Código / Conta	Designação									
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
B14	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
B15	Clientes, contribuintes e utentes	1.147.199,60								1.147.199,60
B16	Estado e outros entes públicos	560.880,77								560.880,77
B17	Acionistas/sócios/associados									
B18	Outras contas a receber	838.391,64								838.391,64
B19	Diferimentos	4.509,94								4.509,94
B20	Ativos financeiros detidos para negociação									
B21	Outros ativos financeiros									
B22	Ativos não correntes detidos para venda									
B23	Caixa e depósitos	9.919.552,63								9.919.552,63
PL11	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-166.790.532,18	-7.900.284,69	2.353.583,16	-793.602,20			-229.194,50	-67.971.277,69	-241.331.308,10
B24	Património/Capital	-48.694.139,89								-48.694.139,89
B25	Ações (quotas) próprias									
B26	Outros instrumentos de capital próprio									
B27	Prémios de emissão									
B28	Reservas	-5.077.308,60								-5.077.308,60
B29	Resultados transitados	-109.755.805,49	-7.900.284,69	2.353.583,16				-229.194,50		-115.531.701,52
B30	Ajustamentos em ativos financeiros	-25.000,00			-793.602,20					-818.602,20

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
Código / Conta	Designação									
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
B31	Excedentes de revalorização									
B32	Outras variações no património líquido	-5.084,70							-67.971.277,69	-67.976.362,39
B33	Resultado líquido do período	-3.233.193,50								-3.233.193,50
B34	Dividendos antecipados									
B35	Interesses que não controlam									
P1	PASSIVO	-77.346.983,34	-2.635.283,17						67.971.277,69	-12.010.988,82
P11	PASSIVO NÃO CORRENTE	-72.730.125,00	-2.635.283,17						67.971.277,69	-7.394.130,48
B36	Provisões	-1.893.453,34								-1.893.453,34
B37	Financiamentos obtidos	-2.860.189,73								-2.860.189,73
B38	Fornecedores de investimentos									
B55	Fornecedores									
B39	Responsabilidades por benefícios pós-emprego									
B40	Diferimentos	-67.971.277,69	-2.635.283,17						67.971.277,69	-2.635.283,17
B41	Passivos por impostos diferidos									
B42	Outras contas a pagar	-5.204,24								-5.204,24
P12	PASSIVO CORRENTE	-4.616.858,34								-4.616.858,34
B43	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	-637,50								-637,50
B44	Fornecedores	-274.070,46								-274.070,46

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
Código / Conta	Designação									
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
B45	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes									
B46	Estado e outros entes públicos	-97.876,54								-97.876,54
B47	Acionistas/sócios/associados									
B48	Financiamentos obtidos	-477.059,42								-477.059,42
B49	Fornecedores de investimentos									
B50	Outras contas a pagar	-3.725.732,67								-3.725.732,67
B51	Diferimentos	-41.481,75								-41.481,75
B52	Passivos financeiros detidos para negociação									
B53	Outros passivos financeiros									

Destacamos os autos mais significativos relativos a reclassificações efetuadas:

- Auto n.º 8 – reclassificação de ativos fixos 43.0.3.6.1 na conta 43.0.3.6.2 (reservatórios)
- Auto n.º 9 – reclassificação de contas de depreciação de ativos fixos 43.8.0.3.9 para 43.8.0.2.6 (a conta de depreciação acompanha a conta de ativo fixo)
- Auto n.º 10 – reclassificação de ativos fixos tangíveis em propriedade de investimento
- Auto n.º 12 – reclassificação das contas 41 da POMBAL PROF E PMUGEST, da aquisição do capital social, para as contas 41 do Método Equivalência Patrimonial (MEP).

Para a demonstração de resultados não foi criado nenhum mapa comparativo. Foi feita apenas a equivalência de contas por forma a garantir que o resultado líquido apurado em 2019 era igual.

D) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os saldos consignados em dezembro de 2020 correspondem a 2.093 135,74 € e são relativos a receita recebida do Programa comunitario FEDER, no montante de € 547.757,22 e do Programa comunitario FUNDO DE COESÃO no montante de € 1.545.378,52, destinados exclusivamente para financiar projectos, cujas candidaturas foram aprovadas pelo Quadro Comunitário.

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

E) valores de caixa e depósitos bancários

Detalhamos abaixo o saldo de caixa e depósitos para o exercício de 2020

Conta	Euros	
	Ano 2020	Ano 2019
Caixa	3 240,89 €	11 747,69 €
Depósitos à ordem	6 103 085,57 €	6 500 040,00 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €	0,00 €
Depósitos bancários à Ordem	6 103 085,57 €	6 500 040,00 €
Depósitos a prazo	120 000,00 €	120 000,00 €
Depósitos consignados	2 093 135,74 €	1 578 022,79 €
Depósitos de garantias e caucões	2 553 344,85 €	2 394 568,52 €
Total de caixa e depósitos	10 872 807,05 €	10 604 379,00 €

12.3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

12.3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovadas pelo decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consciência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

O euro é a moeda funcional de apresentação

As principais políticas contabilísticas descritas encontram-se descritas abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor

determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Pombal seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Pombal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;

- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

12.4. Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo:

Quadro – Quantia escriturada no início e no fim do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações acumuladas	Diminuições	
Ativos Intangíveis									
Ativos intangíveis de domínio público,									0,00 €
Goodwill	15 000,00 €						-7 500,00 €		7 500,00 €
Projetos de desenvolvimento	581 983,57 €	17 245,68 €					-582 101,40 €		17 127,85 €
Programas de computador e sistemas de		68 444,46 €					-23 010,43 €		45 434,03 €
Propriedade industrial e intelectual	596,11 €						-191,22 €		404,89 €
Outros		6 076,20 €					-6 076,20 €		0,00 €
Ativos intangíveis em curso									0,00 €
TOTAL	597 579,68 €	91 766,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-618 879,25 €	0,00 €	70 466,77 €

Quadro – Adições

Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis										91 766,34 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento		17 245,68 €								17 245,68 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		68 444,46 €								68 444,46 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros		6 076,20 €								6 076,20 €
AI7	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	TOTAL		91 766,34 €								91 766,34 €

12.5. Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de exploração da Quinta de Sant' Ana - Redinha	Manuel Augusto da Conceição Silva	Quinta de Sant' Ana - Redinha	06/01/2020 a 06/01/2040	484.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município de Pombal	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Via publica na área do Município de Pombal	18/03/2002 a 18/03/2022	Renda de concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

De referir que ainda não estão concluídas as melhorias efetuadas pelo concessionário do ativo Quinta de Sant'Ana e, como tal, não aumentou a vida útil do imóvel.

De referir também, que os rendimentos da concessão de serviços são reconhecidos de acordo com a NCP13 – Rendimentos de transações com contra-prestação.

12.6. Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se refletida no quadro abaixo sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	108.378.631,03	11.474.884,06	0,00	-10.122.054,27	-1.657.623,71	108.073.837,11
Terrenos e recursos naturais	116.868,01	95.054,17	0,00	0,00	0,00	211.922,18
Edifícios e outras construções	1.216.558,75	40.115,70	0,00	-60.595,67	0,00	1.196.078,78
Infraestruturas	101.216.479,36	11.310.887,55	0,00	-10.060.981,98	-1.657.623,71	100.808.761,22
Património histórico, artístico e cultural	19.027,92	23.850,00	0,00	-476,62	0,00	42.401,30
Outros	5.809.696,99	4.976,64	0,00	0,00	0,00	5.814.673,63
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	116.417.287,37	18.649.881,10	-17.012.735,87	-3.379.306,50	-884.798,72	113.790.327,38
Terrenos e recursos naturais	20.334.653,19	1.186.775,49	0,00	0,00	-530.143,20	20.991.285,48
Edifícios e outras construções	65.847.528,36	5.299.585,02	0,00	-1.989.186,12	0,00	69.157.927,26
Equipamento básico	2.707.635,17	887.032,17	0,00	-1.018.129,76	-11.416,42	2.565.121,16
Equipamento de transporte	572.171,85	863.361,37	0,00	-247.949,16	-5.988,45	1.181.595,61
Equipamento administrativo	635.865,63	153.517,01	0,00	29.316,32	-333.800,23	484.898,73
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	295.541,65	429.889,46	0,00	-153.357,78	-267,07	571.806,26
Ativos fixos tangíveis em curso	26.023.891,52	9.829.720,58	-17.012.735,87	0,00	-3.183,35	18.837.692,88
TOTAL	224.795.918,40	30.124.765,16	-17.012.735,87	-13.501.360,77	-2.542.422,43	221.864.164,49

Os ativos fixos tangíveis em curso são, na sua maioria, de bens de domínio público, no montante de € 13.242.803,04.

Quadro – Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		12 984 873,98 €				2 500,00 €				-1 512 489,92 €	11 474 884,06 €
Terrenos e recursos naturais		74 018,30 €								21 035,87 €	95 054,17 €
Edifícios e outras construções		40 115,70 €									40 115,70 €
Infraestruturas		12 844 413,34 €								-1 533 525,79 €	11 310 887,55 €
Património histórico, artístico e cultural		21 350,00 €				2 500,00 €					23 850,00 €
Outros		4 976,64 €									4 976,64 €
Bens de domínio público em curso											0,00 €
											0,00 €
Ativos fixos em concessão											0,00 €
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infraestruturas											0,00 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso											0,00 €
											0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis		8 772 613,31 €								-3 719,77 €	8 768 893,54 €
Terrenos e recursos naturais		1 186 775,49 €									1 186 775,49 €
Edifícios e outras construções		5 299 585,02 €									5 299 585,02 €
Equipamento básico		832 673,01 €								2 406,13 €	835 079,14 €
Equipamento de transporte		875 449,82 €								-5 988,45 €	869 461,37 €
Equipamento administrativo		150 526,22 €									150 526,22 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		427 603,75 €								-137,45 €	427 466,30 €
Ativos fixos tangíveis em curso		9 825 767,23 €									9 825 767,23 €
TOTAL		31 583 254,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 516 209,69 €	30 069 544,83 €

Quadro – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					-1 657 623,71 €	-1 657 623,71 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-1 657 623,71 €	-1 657 623,71 €
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-427 663,20 €	-102 480,00 €			-351 472,17 €	-881 615,37 €
Terrenos e recursos naturais	-427 663,20 €	-102 480,00 €				-530 143,20 €
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					-11 416,42 €	-11 416,42 €
Equipamento de transporte					-5 988,45 €	-5 988,45 €
Equipamento administrativo					-333 800,23 €	-333 800,23 €
Equipamentos biológicos						
Outros					-267,07 €	-267,07 €
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	-427 663,20 €	-102 480,00 €			-2 009 095,88 €	-2 539 239,08 €

12.7. Financiamentos obtidos

A rubrica de financiamentos obtidos detalha-se da seguinte forma:

Mapa – Financiamentos obtidos

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	CAPITAL		TAXA DE JURO		Pagamentos de anos anteriores			PAGAMENTOS DO ANO			Encargos ano vencidos e não pagos	CAPITAL EM DÍVIDA NO ANO N	
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total		Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	13/06/2003	22/09/2003	25	674 090,00 €	674 090,00 €	6,4		403 437,75 €	138 690,96 €	542 128,71 €	29 538,08 €	1 174,51 €	30 712,59 €		270 652,25 €	241 114,17 €
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	16/07/2004	02/08/2004	15	1 326 416,00 €	1 326 416,00 €	2,56		1 275 400,00 €	234 003,05 €	1 509 403,05 €	51 016,00 €	4,01 €	51 020,01 €		51 016,00 €	
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	30/01/2009	02/04/2009	15	2 944 444,66 €	2 916 510,13 €	2,13		1 906 948,82 €	182 602,52 €	2 089 551,34 €	224 346,92 €	820,88 €	225 167,80 €		1 009 561,31 €	785 214,39 €
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	17/12/1992	29/12/1992	25	547 705,03 €	491 470,56 €	6,92		474 747,20 €	257 946,72 €	732 693,92 €	16 723,36 €	38,75 €	16 762,11 €		16 723,36 €	
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	30/08/2001	22/08/2003	25	661 740,21 €	302 548,00 €			210 330,77 €	73 932,72 €	284 263,49 €	15 214,34 €	358,05 €	15 572,39 €		92 217,23 €	77 002,89 €
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	07/07/2010	01/07/2010	25	5 000 000,00 €	2 681 116,87 €	3,06		845 134,96 €	277 222,62 €	1 122 357,58 €	116 570,28 €	20 108,02 €	136 678,30 €		1 835 981,91 €	1 719 411,63 €
TOTAL				11 154 395,90 €	8 392 151,56 €			5 115 999,50 €	1 164 398,59 €	6 280 398,09 €	453 408,98 €	22 504,22 €	475 913,20 €	0,00 €	3 276 152,06 €	2 822 743,08 €

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

12.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro – Quantia escriturada no fim do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento											
Bens de domínio público											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções	12 397 409,93 €	878 621,85 €		-1 799 103,15 €				11 476 928,63 €			
Outras propriedades de investimento											
Propriedades de Investimento em curso											
TOTAL	12 397 409,93 €	878 621,85 €	0,00 €	-1 799 103,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 476 928,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

12.9. Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes durante o ano de 2020 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação de valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	0,00 €	19 975,66 €	-18 078,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 896,74 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	133 900,91 €	139 826,24 €	-140 746,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125,49 €	3 355,77 €	136 461,81 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	133 900,91 €	159 801,90 €	-158 825,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125,49 €	3 355,77 €	138 358,55 €

12.10. Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos

QUADRO – Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	31.12.2020	31.12.2019
Prestação de serviços	4.698.465,59 €	4.755.580,61 €
Venda de bens	1.730.968,93 €	1.594.942,21 €
Outros rendimentos	10.667.004,43 €	6.110.118,77 €
Juros	2.385,86 €	4.346,11 €
Dividendos ou distribuições similares	42.739,64 €	2.258,83 €
Total	17.141.564,45 €	12.467.246,53 €

12.11. Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades publicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro – Rendimentos sem contraprestação.

Tipo de rendimento	31.12.2020	31.12.2019
Impostos diretos	8.871.651,21 €	10.586.356,35 €
Impostos indiretos	2.024.741,01 €	211.057,99 €
Taxas, multas e outras penalidades	622.822,58 €	461.693,21 €
Transferencias e subsidios correntes obtidos	14.961.118,09 €	16.207.678,97 €
Reversões	9.015,79 €	
Total	26.489.348,68 €	27.466.786,52 €

12.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.248.758,02€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

A PMUGEST, E.M, não apresenta movimentos desta natureza.

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada Final
		Reforços	Aumento da quantia escriturada	Outros aumentos	Total dos Aumentos	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	
Provisões									
Processos judiciais em curso	1 893 453,34 €		371 881,69 €		371 881,69 €	16 577,02 €		16 577,02 €	2 248 758,01 €
Matérias Ambientais									
Contratos onerosos									
Outras provisões									
Total	1 893 453,34 €	0,00 €	371 881,69 €	0,00 €	371 881,69 €	16 577,02 €	0,00 €	16 577,02 €	2 248 758,01 €

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Descrição	Valor da acção
Processo 494/13.4BELRA	171 818,80 €
Processo n.º 120/16.0BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 575/18.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 583/18.9BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	5 000,01 €
Processo n.º 2250/18.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 48/19.1BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 377/19.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 825/19.3BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	50 000,00 €
Proc. 1166/14.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	10 488,64 €
Processo 184/14.0T8PBL – Tribunal Judicial de Pombal	216 008,30 €
Processo n.º 1213/14.3TBPBL-F- Comarca de Leiria - 2.ª Secção de Execução – J1	7 525,00 €
Processo nº 355/19.3 BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra	30 000,01 €
Total passivo contingente	640 840,81 €

A PMUGEST, E.M, não apresenta movimentos desta natureza.

12.13. Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço consolidado que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras concolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12.14. Divulgações de partes relacionadas
Divulgação de controlo

O Grupo Público tem participação nas seguintes entidades. Tem a associada Pombal Prof e nas restantes entidades, uma simples participação.

MUNICÍPIO DE POMBAL
MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município	
					Valor Nominal	%
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	600.000,00	150.000,00	25,00%
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes,	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	650.000.000,00	1.110.600,00	0,17%

Divulgação de transações entre partes relacionadas

As transações ocorridas em 2020 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo final no município
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	Entidade controlada	Fornecimento e serviços externos	1.043.815,57 €	96,1%	148.495,91 €
		Subsídios a exploração	25.704,72 €	2,4%	- €
		Protocolo Bodo 2019	4.013,40 €	0,4%	4.013,40 €
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S	Entidade controlada	Transportes escolares- Comparticipação	12.820,69 €	1,2%	12.820,69 €
Total de transações			1.086.354,38 €		

12.15. Outras divulgações

12.15.1. Rendimentos e Ganhos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2020 é detalhado conforme se segue:

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	11.519.214,80 €	11.104.293,55 €	414.921,25 €	4%
Vendas	1.730.782,81 €	1.594.942,21 €	135.840,60 €	9%
Prestações de serviços e concessões	4.698.465,59 €	4.755.580,61 €	- 57.115,02 €	-1%
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	55.476,25 €	- €	55.476,25 €	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.961.118,08 €	16.207.678,97 €	- 1.246.560,89 €	-8%
Imparidade de dividas (reversões)	9.015,79 €	- €	9.015,79 €	-
Ganhos por aumentos de justo valor	623,97 €	- €	623,97 €	-
Outros rendimentos	10.667.291,40 €	6.110.118,77 €	4.557.172,63 €	75%
Juros, dividendos e out.rendimentos similares	45.125,50 €	7.354,94 €	37.770,56 €	514%
Totais	43.687.114,19 €	39.779.969,05 €	3.907.145,14 €	10%

12.15.2. Gastos e Perdas

O valor dos gastos reconhecidos em 2020 é detalhado conforme se segue:

Gastos e perdas	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Transferências e subsídios concedidos	6.291.769,68 €	6.089.537,67 €	202.232,01 €	3%
Custo das merc.vend.mat.consumidas	158.825,52 €	213.582,84 €	- 54.757,32 €	-26%
Fornecimentos e serviços externos	10.283.387,28 €	9.212.534,86 €	1.070.852,42 €	12%
Gastos com o pessoal	9.790.670,01 €	9.822.645,07 €	- 31.975,06 €	0%
Gastos de depreciação e de amortização	14.131.489,03 €	9.994.076,83 €	4.137.412,20 €	41%
Imparidade de dividas (perdas)	- €	26.007,23 €	- 26.007,23 €	-100%
Provisões	355.304,67 €	964.892,74 €	- 609.588,07 €	-63%
Outros gastos	1.045.075,06 €	288.556,86 €	756.518,20 €	262%
Gastos por juros e outros encargos	45.214,23 €	48.591,02 €	- 3.376,79 €	-7%
Totais	42.101.735,48 €	36.660.425,12 €	5.441.310,36 €	15%

Ao valor total de € 42.101.735,18 acresce o imposto sobre o rendimento do período, no montante de € 6.863,58.

12.15.3. Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Subcontratos e parcerias	77.560,21 €	330,00 €	77.230,21 €	-
Serviços especializados	2.837.031,71 €	1.746.558,81 €	1.090.472,90 €	62%
Materiais de consumo	972.477,00 €	411.429,63 €	561.047,37 €	136%
Energia e fluidos	2.491.004,98 €	2.534.935,60 €	- 43.930,62 €	-2%
Deslocações, estadas e transportes	742.084,11 €	736.749,07 €	5.335,04 €	1%
Serviços diversos	3.163.229,27 €	4.392.641,96 €	- 1.229.412,69 €	-28%
Totais	10.283.387,28 €	9.822.645,07 €	460.742,21 €	5%

12.15.4. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com pessoal	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Remunerações Órgãos Autárquicos	262.048,52 €	292.603,10 €	- 30.554,58 €	-10%
Remunerações do pessoal	7.224.041,65 €	7.418.030,60 €	- 193.988,95 €	-3%
Pensões	44.895,90 €	44.895,90 €	- €	0%
Encargos s/ Remunerações	1.881.081,73 €	1.734.180,55 €	146.901,18 €	8%
Seguros de acid. trab e doenças profis.	44.908,19 €	93.029,38 €	- 48.121,19 €	-52%
Outros encargos sociais	333.694,02 €	239.905,54 €	93.788,48 €	39%
Totais	9.790.670,01 €	9.822.645,07 €	- 31.975,06 €	0%

12.15.5. Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

Informação relativa a endividamento de médio e longo prazo

No ano de 2020, a situação do grupo publico, face ao endividamento de medio e longo prazo é a seguinte:

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO / LONGO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(MUNICÍPIO DE POMBAL)

Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros de médio / longo			Eliminação de créditos / dívidas	Grupo público consolidação
	MUNICIPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	6	6=4-5
20.4/ 251 – SNC	2.860.190		2.860.190		2.860.190
Total	2.860.190		2.860.190		2.860.190

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - médio e longo prazos.
b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Informação relativa a divida total de operações orçamentais

No ano de 2020, a divida total consolidada de operações orçamentais (não inclui operações de tesouraria, o FAM e o FEE) calculada de acordo com o nº 2 do art. 52 da lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades, desagrega-se no quadro seguinte:

DÍVIDA TOTAL CONSOLIDADA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

ANO 2020

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros b)			Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo Autarquico consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	5=2+3+4	6	7=5-6
Divida media / longo prazo					
Empréstimos Bancários m/l prazo	2.822.743		2.822.743		2.822.743
Divida de curto prazo					
Fornecedores c/c	708.278	38.423	746.701	152.509	594.192
Outros credores	3.023	1.061	4.083		4.083
Estado		88.267	88.267		88.267
Contributos de SM, AM e SEL	46.924		46.924		46.924
Total	3.580.968	127.751	3.708.719	152.509	3.556.210

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - de curto e de médio / longo prazo

b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Informação sobre saldos e fluxos financeiros

Os fluxos financeiros entre as entidades a consolidar, na ótica do Município, desagregam-se de acordo com o seguinte quadro:

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES A CONSOLIDAR

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

ANO 2020

Tipo de Fluxos	Município de Pombal / PMUGEST, EMM									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	25.704,72		25.704,72	0,00					
Empréstimos										
Relações Comerciais	5.241,27	1.042.493,46		899.238,82	148.495,91	924.943,54	4.013,40		924.943,54	4.013,40
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
Total	5.241,27	1.068.198,18	0,00	924.943,54	148.495,91	924.943,54	4.013,40		924.943,54	4.013,40

RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTAL

ENTIDADE CONSOLIDANTE: MUNICÍPIO DE POMBAL			ANO
			2020
Nome	Órgão / Cargo	Período de Responsabilidade	Morada
ÓRGÃO EXECUTIVO			
Luis Diogo de Paiva Morão Alves Mateus	Presidente da Câmara	01.01.2020 a 31.12.2020	Av. Heróis do Ultramar, 49, 1.º Esq., 3100-462 Pombal
Pedro Filipe Silva Murtinho	Vereador em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 31.12.2020	Urb. Quinta do Barroso, Lt 57 - 3150-292 Condeixa-a-Nova
Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral	Vereadora em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Arq. Camilo Korrodi, n.º 18 - 3.º Dt.º, 3100-502 Pombal
Pedro Matos Martins	Vereador em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Fidalgo Aprendiz, n.º 8 - 3100-388 Pombal
Ana Cristina Jorge Gonçalves	Vereadora em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 17.03.2020	Rua Eng.º Vaz Morais, n.º 3 Bloco 1 fração N - 310-532 Pombal
Ana Cristina Jorge Gonçalves	Vereadora	18.03.2020 a 31.12.2020	Rua Eng.º Vaz Morais, n.º 3 Bloco 1 fração N - 310-532 Pombal
Pedro Francisco Pires Brilhante	Vereador	01.01.2020 a 31.12.2020	Av. Heróis do Ultramar, n.º 101, 2.º C, 3100-462 Pombal
Narciso Ferreira Mota	Vereador	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Capitão Antonio R. Paula Santos, Lt8 - 2.º - 2415-570 Leiria
Michael da Mota António	Vereador	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Soeira, s/n - Vale, 3100-309 Pombal
Odete Marise dos Santos Alves	Vereadora	01.01.2020 a 31.12.2020	Mouriscas, n.º 35 - 3100-353 Pombal

ENTIDADE CONSOLIDANTE: PMUGEST, E.M.

Nome	Órgão / Cargo	Período de Responsabilidade	Morada
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Jorge Eduardo Vieira da Silva	Presidente	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Décadas da Ásia Bloco 4 1º Dto, Caseirinhos, 3100-328 Pombal
Elisabete Gameiro João	Administradora	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Comandante Carlos Carvalho, n.º 130, 3100-519 Pombal,
Manuel Gomes Jordão Carreira	Administrador Executivo	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Senhora da Luz, n.º7, Marinha da Guia, 3105-063 Carriço

Informação relativa às remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções:

12.15.6. COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2020

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE ABIUL	43.823,40			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE ALMAGREIRA	49.509,80			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE CARRIÇO	71.814,70			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE MEIRINHAS	61.932,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE PELARIGA	20.400,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE VILA CÃ	42.441,30			
APOIOS REUNIÃO 11-12-2020 - quota extraordinária	TERRAS DE SICÓ-ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO	5.000,00			
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS ALIMENTADAS EM BTN - PROCESSO N.º 002/AJD/SA/18	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.	152.538,39			
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS ALIMENTADAS EM BTE - PROCESSO N.º 002/AJD/SA/18	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.	123.022,55			
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS ALIMENTADAS EM MT - PROCESSO N.º 002/AJD/SA/18	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.	167.396,63			
ENCARGOS COM CAPITAL E JUROS DO EMPRESTIMO BANCARIO 1971218830004 DE 2.681.116,87	BANCO BPI, SOCIEDADE ABERTA	136.326,78	134.952,42	133.578,05	132.203,69
IHRU - (2ª FASE)-2000.11.0112.2.00.9	IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	15.595,02	15.595,03	15.595,03	31.190,06
IHRU - 2ª FASE-2002.11.0086.2.00.3	IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	30.719,10	30.719,10	30.719,10	61.438,20
ENCARGOS COM EMPRESTIMO BANCARIO CONTRATADO À CCA. ADITAMENTO AO CONTRATO INICIAL, QUE ALTEROU O MONTANTE DE EMPRESTIMO PARA EUR.5.192.690,24.	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL	17.742,41	88.875,15	301.665,43	4.979.684,33
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE CARNIDE	27.800,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DO LOURIÇAL	96.790,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE POMBAL	260.143,00			
	FREGUESIA DE REDINHA	34.451,80			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE VERMOIL	44.462,90			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE GUIA, ILHA E MATA MOURISCA	118.051,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE SANTIAGO E S.SIMÃO DE LITÉM E ALBERGARIA DOS DOZE	88.150,50			
ENCARGOS COM CAPITAL E JUROS DO EMPRESTIMO BANCARIO 59062238259 DE 2.916.510,13	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL	225.424,42	225.047,62	224.670,83	112.244,12
RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO CIVIL EM REGIME DE AVENÇA ; ELAB, APRO IMPL MEDIDAS AUTOPROTEÇÃO ESPECIALIDADE SEG CONTRA INCÊNDIOS ED M - Processo n.º 033/CPV/SA/20	MARIA LUISA FONSECA JANEIRO	13.530,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA, EM REGIME DE AVENÇA - UNIDADE DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS - PROCESSO N.º 042/AJD/SA/20	DANIEL LOPES FERNANDES	14.760,00			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA EM REGIME DE TAREFA - PROCESSO N.º 033/AJD/SA/20	SANDRINA MENDES SOUSA AREIA	1.562,10			
Prestação de serviços em regime de avença - Divisão de Administração e Finanças - Processo n.º 035/AJD/SA/20	RAFAELA SILVA ARAÚJO	10.824,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO EM REGIME DE AVENÇA - UNIDADE DE ESPAÇOS VERDES E LAZER - PROCESSO N.º 013/CPV/SA/20	PEDRO GONÇALO DOS SANTOS PEREIRA	1.537,50			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIIC (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	ANA LUCIA FIGUEIREDO NEVES FONSECA FERREIRA	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIICIE (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	CRISTIANA LEAL COUTO	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIIC (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	Joana Eduarda Guedes Ferreira Mendes	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIICIE (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	NANCE PEREIRA QUINTA	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIIC (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	NELIA MARGARIDA MARQUES DOMINGUES RODRIGUES	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA EM REGIME DE AVENÇA - PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA (PIICIE) - PROCESSO N.º 002/CE/SA/20	ANA FILIPA NUNES OLIVEIRA	14.760,00			
Prestação de serviços de mediadora, em regime de avença - Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar (PMPSE) - 2.º Ciclo - Processo n.º 034/AJD/SA/20	SANDRA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS MOTA	10.824,00			
Prestação de serviços de diretor artístico da "Casa Varela", em regime de avença - Processo n.º 031/AJD/SA/20	FILIPE MIGUEL PENA RODRIGUES VIDEIRA EUSEBIO	26.240,03			
Prestação de serviços de psicóloga em regime de avença ç projeto para a educação inclusiva, no âmbito do Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar (PMPSE) ç Processo n.º 001/AJD/SA/20	RITA DANIELA DOMINGUES GASPAS	1.353,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPEUTA DA FALA EM REGIME DE AVENÇA, PROJETO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE POTENCIAÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR - PROCESSO N.º 003/AJD/SA/20	BRUNA MOTA ANTUNES	1.353,00			
Fornecimento continuado de emulsões e misturas betuminosas para reparação e manutenção de vias no Concelho de Pombal - Processo n.º 003/CPB/SA/19	WINDPARK LDA	18.929,45			
Fornecimento continuado de emulsões e misturas betuminosas para reparação e manutenção de vias no Concelho de Pombal - Processo n.º 003/CPB/SA/19	CIVIBÉRICA - OBRAS CIVIS, SA.	8.606,16			
Fornecimento contínuo de artefactos de betão p/ o concelho de Pombal - Processo n.º 003/CPB/SA/20	OLISBETÃO - PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, LDA	66.061,54			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO DE PROTEÇÃO PARA OS TRABALHADORES / COLABORADORES DO MUNICÍPIO DE POMBAL - FORNECIMENTO CONTÍNUO PARA O BIÊNIO 2019/2020 - PROCESSO N.º 004/CPV/SA/19	MAXIFARDAS - VESTUÁRIO PARA TRABALHO, LDA.	1.229,69			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 2	HUMBERTO POÇAS, LDA	346,96			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 3	MARIO GONÇALVES - LDA	2.304,74			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 6	ASC ARTIGOS SANITARIOS DO CENTRO, LDA	4.111,73			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 1	HUMBERTO POÇAS, LDA	4.416,31			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 4	HUMBERTO POÇAS, LDA	20.631,79			
Fornecimento contínuo de sinalização de trânsito vertical - Processo n.º 017/CPV/SA/20	SNSV - SOCIEDADE NACIONAL DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, LDA	45.320,07			
Aquisição de material filtrante granulado, baseado em carbonato de cálcio - Processo n.º 041/CPV/SA/20	ENKROTT - GESTAO E TRATAMENTO DE AGUAS S.A.	18.450,00	4.612,50		
Aquisição de polímero para desidratação de lamas nas ETAR'S - ano 2019/2021 - Processo n.º 032/CPV/SA/19	SNF PORTUGAL. SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	28.536,00			
FORNECIMENTO DE ENRGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTN, BTE E MT DO MUNICÍPIO DE POMBAL - PROC. N 033/AJD/SA/19	GALP POWER S.A.	687.314,45			
Fornecimento de Gás Natural para as Instalações do Município de Pombal - Processo n.º 023/CPV/SA/20	GALP POWER S.A.	149.730,21			
Prestação de serviços de conservação e limpeza em edifícios e infraestruturas municipais - Processo n.º 015/AJD/SA/20	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.E.M.	71.002,94			
Fornecimento Continuo Equipamentos de 1ª intervenção em segurança contra incêndios (Extintores, Bocas incêndio tipo carretéis, Mantas ignífugas, motobombas) incluindo manuten. e reparação - Processo	SECILONGO UNIPESSOAL, LDA	2.046,31			
AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS - PROCESSO 035/AJD/SA/18	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA	204.000,00			
Aquisição de um acesso Banda Larga para acesso à Internet para a praia do Osso da Baleia - Processo n.º 025/AJD/SA/20	VODAFONE PORTUGAL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS SA	664,20			
Aquisição de serviços de comunicações de voz móvel, fixa, Internet, Telegestão e serviço de e-mail, para o triénio 2019_2022 - Processo n.º 005/CPB/SA/19	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA S.A	60.885,00	50.737,50		
Requisição de passes de transporte escolar em serviço regular de transporte de passageiros à Arunca, lda - Processo n.º 040/AJD/SA/20	ARUNCA - VIAGENS E TURISMO, LDA	5.088,00			
Aquisição de serviço transporte escolar em transporte ferroviário - Ano letivo 2020/2021 ç Processo n.º 037/AJD/SA/20	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E.P.	12.141,81			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
Aquisição da Apólice de Seguro - Viaturas Novas afetas aos Transportes Urbanos: I-000019/DGCEEM/20 - Processo n.º 036/AJD/SA/20	FIDELIDADE COMPANHIA DE SEGUROS, SA	8.982,77			
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS - PROCESSO n.º 002/CPV/SA/20	FIDELIDADE COMPANHIA DE SEGUROS, SA	226.783,69	177.933,20		
Aquisição de serviços de Criatividade - Processo n.º 022/AJD/SA/20	JORGE MANUEL FORTUNATO RAMOS-DESIGN E PUBLICIDADE, UNIPESSOAL LDA	14.446,35			
Aquisição de Plataforma de Gestão de Contratos de Energia - Processo n.º 024/CPV/SA/20	VIRTUAL POWER SOLUTIONS, S.A.	11.500,50	11.500,50	6.708,63	
INSPEÇÃO/REINSPEÇÃO DE ASCENSORES, MONTA CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES - PROCESSO N.º 006/CPV/SA/20	INSTITUTO ELECTROTECNICO PORTUGUES	4.829,71			
Aquisição de serviços - Método de seleção obrigatório - Avaliação Psicológica - Processo n.º 019/CPV/SA/20	FACTOR H - LEIRIA - CONSULTORES EM GESTAO E RECURSOS HUMANOS, LDA.	11.852,40			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE CASTRAÇÃO E OVARIOTOMIAS A ANIMAIS DO CANIL MUNICIPAL E A FELINOS VADIOS DO CONCELHO DE POMBAL - PROCESSO N.º 022/CPV/SA/20	CENTRO VETERINÁRIO SRª DE BELÉM LDA	12.499,88	6.249,93		
Controlo Preventivo de Pragas - Processo n.º 020/CPV/SA/20	RATATUI-DESINFESTAÇÃO E DESRATIZAÇÃO LDA	8.994,38			
Prestação de serviços de desativação de ninhos de vespa velutina - Processo n.º 021/CPV/SA/20	LEIRIPRAGA-DESINFESTAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, LDA (TRULY NOLEN)	17.835,10			
Aquisição de serviços de amostragem, de análises microbiológicas e físico-químicas de águas de consumo humano, águas subterrâneas, rios e ribeiros - Processo n.º 030/CPV/SA/20	CONTROLVET - SEGURANÇA ALIMENTAR S.A.	24.047,73	24.047,73		
Aquisição de serviços de manutenção de equipamentos de medição e controlo (instrumentação) nas ETAR's - Processo n.º 008/CPV/SA/20	HACH LANGE-PORTUGAL	16.432,50			
Realização de análises físico-químicas das águas residuais, lamas e areias das ETAR's de Pombal - Anos 2020 e 2021 - Processo n.º 009/CPV/SA/20	CESAB - CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE	12.434,30			
Compostagem e/ou valorização de lamas de ETAR - Fornecimento Contínuo - Processo n.º 002/CPB/SA/20	BIOSMART - SOLUCOES AMBIENTAIS, S.A.	77.928,55	38.964,27		
Prestação de Serviço de Printing e Finishing e Produção Digital de Documentos para Expedição Postal - Faturação dos serviços de águas, saneamento e resíduos - Processo n.º 025/CPV/SA/20	COPIDATA S.A.	10.627,20	10.627,20	7.084,80	
Aquisição de serviços de manutenção e de operação do Sistema de Gestão de Clientes das funções águas, saneamento e resíduos e AQUAMATRIX - Processo n.º 001/AJD/SA/19	EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.	44.383,32			
Contratação de serviço de leitura de contadores de água de abastecimento público - Processo n.º 045/AJD/SA/20	CAPELEIRIA UNIPESSOAL, LDA.	15.354,86			
Aquisição de serviços de manutenção e limpeza em infra-estruturas públicas diversas e recolha e transporte de resíduos - IN HOUSE - Processo n.º 021/AJD/SA/20	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.E.M.	35.528,42			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho para os Trabalhadores do Município de Pombal - Aquisição do Serviço Externo - Processo n.º 018/CPV/SA/20	WORKVIEW - PREST.SERV. HIGIENE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, UNIPESSOAL, LDA	20.478,07	13.652,07		
Fornecimento de serviços de cópia e impressão para os vários serviços do Município para o triénio 2020-2023 - Processo n.º 043/CPV/SA/20	CUBIQUE SOLUTIONS, UNIPESSOAL - LDA	22.143,69	22.143,69	22.143,69	
Prestação de serviços de manutenção e conservação do relvado do Estádio Municipal de Pombal durante os anos 2020 e 2021 - Processo n.º 046/CPV/SA/19	VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A.	36.900,00			
CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO - CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS	COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF	1.000,00			
INTERACTIVITY - Casa Varela - Processo n.º 044/AJD/SA/20	ENSAIOS INCONICOS, UNIPESSOAL, LDA.	20.504,10			
PROJETO L.U.I.S.A.	SANTA CASA DA MISERICORDIA DA REDINHA	7.860,04	7.860,04	5.895,06	
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROJETO "VELHOS AMIGOS"	ATLAS - ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	2.425,94	2.425,95		
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROJETO "SAÚDE EM CASA"	FUNDAÇÃO OTILIA P.M.LOURENÇO E MARIDO DR.JOSÉ L. JUNIOR	8.444,44	4.222,23		
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - Natal na Cidade 2020	ADILPOM - ASSOCIAÇÃO DE DESENV. E INICIAT. LOCAIS DE POMBAL	38.310,37			
	A RIBEIRINHA - ASSOC. PAIS E ENCARREG. EDUC. ESC. CARNIDE	20.291,30			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	ASSOCIACAO DESP.REC.E CULT.MOITA DO BOI	12.604,90			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA PELARIGA	22.581,40			
Transferência financeira / Suspensão da cobrança de estacionamento de duração limitada. Pmugest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.E.M.	23.599,05			
QUOTA	TERRAS DE SICÓ-ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO	12.000,00			
Recuperação de edifícios escolares desactivados (Beneficiação e restauração da Escola de Salgueiro)	MAJOR SANTOS E FILHOS LDA	79.394,00			
Centro Escolar da Guia - Proc. 45/2019	SOTEOL - SOCIEDADE TERRAPLANAGENS DO OESTE LDA	1.263.488,71			
Centro Escolar de Vila Cã	ODRAUDE - CONST. CIVIL E OB. PÚBLICAS, LDA	960.569,89			
Construção da Escola EB1 e JI da Pelariga (Centro Escolar de Pelariga)	ALVAPE - CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, LDA	668.180,81	888.076,69		
Requalificação da Escola Gualdim Pais (Substituição das coberturas)	CPW - ENGENHARIA LDA.	164.649,80			
Aquisição, Construção, Beneficiação e Reparação de outros Edifícios (Requalificação do Edifício do NDAP) Procº 58/2020	SIMETRIA E RIGOR - UNIPESSOAL, LDA	25.272,10			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
CIMU-SICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó	SOTEOL - SOCIEDADE TERRAPLANAGENS DO OESTE LDA	2.095.131,76			
Obras de Recuperação do Convento do Lourçal	LUSOCOL - SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA	67.780,68			
CENTRO DE FORMAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DA CÉRCIPOM	VALEIXA- CONTRUÇÃO CIVIL, LDA	607.268,38			
Requalificação do Parque de Estacionamento (Praia do Osso da Baleia, acesso e circuitos pedonais)	VEIRABAR, LDA	396.725,35			
Remodelação - Beneficiação do Reservatório de Ourão	JOSE MARQUES GRACIO, S.A.	283.233,90			
Fornecimento e Montagem de Material original Mercedes para a frota afeta aos Transportes Urbanos - Processo n.º007/CPV/SA/20	SODICENTRO - COMERCIO DE VEICULOS, LDA.	6.233,03			
Fornecimento e Instalação de rede wireless nas infraestruturas desportivas do concelho de Pombal (WIFI4EU) - Processo n.º 047/CPV/SA/20	ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	27.586,24			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 5	HUMBERTO POÇAS, LDA	873,30			
Prestação de Serviços Especializados de Manutenção das Instalações e Equipamentos de AVAC e AQS, em diversos Edifícios Municipais - Processo n.º 003/CPV/SA/19	KMG - KINGMAN MANUTENCAO GLOBAL LDA	10.682,55			
Fornecimento, instalação e colocação em serviço de parque e bicicletas para o sistema de bicicletas de uso partilhado - Processo n.º 001/CPB/SA/20	SOLTRAFEGO-SOL. TRANSITO, ESTACIONAMENTO E COMUNICAÇÕES S.A.	8.610,00	8.610,00		
Aquisição de Maquete Interativa para o Centro Interpretativo Explore Sicó - Processo n.º 002/CPB/SA/19	CARLOS COUCELO CONSULTORIA GEOMATICA LDA	106.133,26			
Construção, Reparação e Beneficiação de Pontões (P.H. na Ribeira de Carnide / Vale do Feto - Freguesia de Carnide	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	19.264,28			
Freguesia de Pombal / Arruamentos e Beneficiações em estradas e caminhos na Freguesia (Requalificação da rua Principal na Ranha de Baixo)	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	355.241,85			
Elaboração de projeto de execução para o Parque Verde do Casarelo - Processo n.º 035/CPV/SA/20	TOPIARIS-ESTUDOS E PROJECTOS DE ARQUITECTURA PAISAGISTA LDA	80.319,00			
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VÁRZEA	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	1.328.040,95	472.069,57		
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE AO CONVENTO DO CARMO	ABISER, LDA	29.645,06			
Outras construções e beneficiações de Emissários e Redes de Saneamento/Construção da rede de saneamento dos Lugares de S. Vicente e Quinta de São Lourenço	MAJOR SANTOS E FILHOS LDA	97.882,54			
CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ALHAIS, SILVEIRINHA GRANDE, SILVEIRINHA PEQUENA, VIEIRINHOS E CLARAS - PROC. 26/2017	JOAQUIM RODRIGUES SILVA & FILHOS, LDA.	88.090,69			
Rede de saneamento domestico de Assanha da Paz, e Barros da Paz e zona envolvente	JOAQUIM RODRIGUES SILVA & FILHOS, LDA.	1.283.241,91	910.690,39		
CONSTRUÇÃO DE REDES DE SANEAMENTO DO LUGAR DO CASAL DA ROLA	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	856.410,77			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
Construção da rede de saneamento dos lugares de Ilha da Cima, Moitas Brancas, Ilha de Baixo, Rosados e Silvas	PINTO & BRAZ, LDA	780.395,67			
CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOS LUGARES DE FOZ, VALE DAS MOITAS, CARRIÇOS, BONITOS E SÃO JOÃO DA RIBEIRA	ILHAUGUSTO CONTRUÇÕES LDA	1.247.605,78	858.922,42		
CONSTRUÇÃO DE CONDUTAS E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ALHAIS - PROC. Nº 11/2020	JOSE MARQUES GRACIO, S.A.	355.568,39			
Elaboração do projeto de execução para a ampliação do Parque de Lazer do Vale da Sobreira - Processo n.º 029/CPV/SA/20	HUMBERTO PEREIRA ARQUITETO, LDA.	35.526,77			
Construção, Beneficiação e Reparação de Redes de Água (Reparação de Roturas, Aplicação/ Substituição de Válvulas de Secionamento, Execução de Ramais e de Pequenas Ampliações da Rede de Abastecimento P	SEGMENTO PROVAVEL - SERVIÇO E MANUTENÇÃO, LDA	161.493,02			
Aq. Inst Beneficiação Equipamentos para Eficiência Hídrica e Energética/Investimentos nos Sistemas em Baixa, com Vista ao Controlo, Redução de Perdas nos Sistemas de Distr. Adução de Água proc.08/2020	MANVIA-MAN. E EXPLORACAO DE INST. E CONSTRUCAO S.A.	326.823,20			
Freguesia de Lourival / Asfaltagem de estradas e caminhos na Freguesia [Requalificação da C.M. 1017 (Lourival - Cavadas - Torneira (C.M. 1074) Limite do Concelho) e Arruamentos Lugar de Cavadas e Mo	MANUEL DA CONCEIÇÃO ANTUNES - CONSTR. E OBRAS PUBLICAS, SA	289.998,84			
Freguesia de Pelariga - Asfaltagem de estradas e caminhos na Freguesia [Requalificação da E.M. 348-1 (Pombal - Covão da Silva - Vérigo - Pousadas Vedras), Venda da Cruz e Moncalva]	CONTEC - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.	141.154,21			
Construção e Beneficiação do Caminho de Fátima (Requalificação da Rua de S. João - Rua de Leiria [IC2 Flandes - Águas Férreas]) 1.ª Fase	SOCITOP - UNIPessoal, LDA	226.244,28			
E.M. 532-2 (Barrocas - Carvalhais - Roques - Boldrarias) Procº36/2020	SOCITOP - UNIPessoal, LDA	314.409,41			
Requalificação da EN1/IC2 entre o Km 136,7 e o Km 148,5 (Acordo com o IP) - (Execução dos projetos de várias rotundas na EN1/IC2) - Processo n.º 047/AJD/SA/20	GIBB PORTUGAL - CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E AMBIENTE S.A.	31.479,70			
Corredor Ribeirinho do Rio Arunca (Percurso Ribeirinho do Rio Arunca e Acessos a propriedades)	CARMO - ESTRUTURAS EM MADEIRA, SA	726.092,58			
Apoio para requalificação da Rua Principal dos Lagares (Execução de Passeios e Valetas Espraiadas)	FREGUESIA DE ALMAGREIRA	96.350,53			
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA REDINHA	FREGUESIA DE REDINHA	75.000,00			
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA - AQUISIÇÃO DE TERRENOS	LAR DA FELICIDADE- A.SOLIDARIEDADE SOCIAL	50.000,00			
APOIO - PROJETO DE CONSTRUÇÃO COMPLEXO SOCIAL NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	SANTA CASA DA MISERICORDIA DA REDINHA	46.479,24			
PROJETO DE INVESTIGAÇÃO E PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO:OBRA COMPLETA POMBALINA	INSTITUTO EUROPEU DA CULTURA PADRE MANUEL ANTUNES	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
ENTREGA AO FUNDO DE EFICIENCIA ENERGETICA, NO AMBITO DO CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LIQUIDAS	FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGETICA	23.650,44	13.796,21		
		20.072.964,52	4.052.331,41	778.060,62	5.316.760,40

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2020

ENCERRAMENTO

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2020, que se contêm em 68 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, realizada em 18 de Junho de 2021.

O Presidente,

(Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Dr.)

Os Vereadores:

(Narciso Ferreira Mota, Eng.º.)

(Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, Dr.ª.)

(Pedro Filipe da Silva Murtinho, Eng.º.)

(Michael da Mota António, Dr.)

(Ana Cristina Jorge Gonçalves, Dr.ª.)

(Pedro Francisco Pires Brilhante, Dr.)

(Pedro Matos Martins, Dr.ª.)

(Odete Marise dos Santos Alves, Dr.ª.)

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2020, que antecedem e se contêm em 68 páginas, incluindo esta, devidamente numeradas, apreciadas em Assembleia Municipal de Pombal, em sua sessão ordinária do dia 29 de Junho de 2021.

O Presidente,

(Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Dr.ª)

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

(Manuel Sobreiro Ferreira, Dr.)

(Maria Adelaide Pereira da Conceição, Dr.ª.)



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

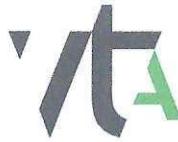
Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Grupo Público Município de Pombal (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado, em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 252.588.871,46 euros e um total do património líquido de 242.436.076,48 euros), incluindo um resultado líquido de 1.578.515,13 euros), a demonstração consolidada de resultados, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo público Município de Pombal em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas

Bases para a opinião com reservas

Em resultado da adoção do novo normativo SNC-AP o Grupo procedeu a nova determinação da vida útil dos seus ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, anteriormente definidas pelo Cadastro de Bens do Estado (CIBE). Todavia, essa determinação não foi feita de acordo com as taxas de depreciação previstas no novo normativo, nomeadamente, pelo Anexo III ao Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro. A ferramenta informática que suporta a gestão do património, e determina o cálculo das depreciações acumuladas em função das novas vidas uteis, originou diversos erros de cálculo provocando distorções no valor líquido dos ativos fixos tangíveis. Por outro lado, na determinação das depreciações do período de 2020, esta ferramenta executou depreciações anuais para itens do ativo fixo tangível que tiveram o início de utilização com um período inferior a 12 meses, originando depreciações em excesso no montante de 701.447,27Eur. Este conjunto de distorções terá impacto no reconhecimento do rédito associado aos subsídios ao investimento, inicialmente reconhecidos no património líquido, de acordo com o novo normativo do SNC-AP, e imputados ao resultado do período em função das suas vidas uteis. Adicionalmente o Grupo não procedeu à avaliação de eventuais indícios de imparidade relativamente aos seus Ativos fixos tangíveis conforme preconizado pela NCP 9 – “Imparidade de ativos”, em resultado do seu potencial de serviço ser inferior ao correspondente valor líquido. Assim, e face aos pontos identificados acima, não estamos em condições de nos pronunciar sobre o impacto desta situação na rubrica de Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento no ativo, Outras variações no património líquido e em Outros rendimentos na demonstração de resultados.



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

O Grupo não apresentou a Demonstração de alterações do património líquido de acordo com o modelo previsto na NCP 1 - “Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras”, exibindo apenas os saldos finais das rubricas que compõem aquela demonstração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na Nota 12.1 e 12.2.1 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, O Grupo apresentou pela primeira vez no presente exercício, Demonstrações financeiras de acordo com o referencial de relato SNC-AP, tendo procedido às respetivas divulgações de acordo com o estipulado no correspondente normativo. Decorrente deste facto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2020 não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas do período de 2019.

Salientamos também, conforme referido na Nota 12.1 A) que, de acordo com a IPSAS 33, O Grupo adotou o período de transição de 3 anos para algumas questões de maior dificuldade técnica, relacionadas com o reconhecimento na base do acréscimo.

O relatório e gestão divulga os principais impactos da Pandemia em curso Covid -19, as políticas e medidas implementadas e as atividades levadas a cabo pelo Município para responder de forma adequada às solicitações no âmbito da prevenção, combate e controlo da mesma bem como, as medidas tomadas por forma a minimizar os efeitos sociais e económicos da população em geral e operadores económicos da região. Não sendo possível estimar os impactos futuros da Pandemia Covid-19, na atividade e nas necessidades de intervenção a realizar por parte do Município de Pombal, é convicção do órgão executivo que se encontram asseguradas eventuais necessidades adicionais de financiamento, para futuras intervenções neste âmbito, sem que a estabilidade e o equilíbrio financeiro do Município seja colocada em causa.

Chamamos a atenção para o facto de a Demonstração de fluxos de caixa consolidados, não apresentar dados comparativos relativos a 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Autárquico MUNICÍPIO DE POMBAL de acordo com o SNC- AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do MUNICÍPIO DE POMBAL de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do MUNICÍPIO DE POMBAL;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

MUNICÍPIO para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o MUNICÍPIO descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Pombal que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo Autárquico Município de Pombal. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

O Grupo incluiu nas suas demonstrações financeiras consolidadas as demonstrações de relato consolidado orçamental com a sua componente, PMU Gest, E.M. O facto de esta entidade não fazer parte das entidades públicas reclassificadas, e, portanto, fora do perímetro de consolidação orçamental de acordo com o parágrafo 22 da NCP 26 – “Contabilidade e relato orçamental”, faz com que essa consolidação esteja incorretamente apresentada.



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Sobre o relatório de gestão

O Grupo não preparou o Relatório de Gestão ao abrigo da NCP 27 – “Subsistema de contabilidade de gestão” em conformidade com o previsto no Pag. 34. da referida norma.

Em nossa opinião, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 18 de junho de 2021

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda
Representada por: Bruno Cabral da Trindade, ROC 1713